UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Kelly Fernanda Guasso da Silva

SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DO (DIS)CURSO DE MICHEL PÊCHEUX

Santa Maria, RS

2017

Kelly Fernanda Guasso da Silva

SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DO (DIS)CURSO DE MICHEL PÊCHEUX

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

Orientador: Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática
da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Kelly Fernanda Guasso da
SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DO (DIS)CURSO DE MICHEL PÊCHEUX / Kelly Fernanda Guasso da Silva.- 2017.
94 f.; 30 cm

Orientadora: Verli Fátima Petri da Silveira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2017

1. Michel Pêcheux 2. Produção de conhecimento 3. Discurso 4. Ruminação I. Silveira, Verli Fátima Petri da II. Título.

Kelly Fernanda Guasso da Silva

SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO:
REFLEXÕES A PARTIR DO (DIS)CURSO DE MICHEL PÊCHEUX

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras.**

Aprovado em 13 de fevereiro de 2017:

Verli Fátima Petri da Silveira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Amanda Eloina Scherer, Dra. (UFSM)

Maurício Beck, Dr. (UESC) - Videoconferência

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Que bom o sentimento de poder alcançar objetivos – e considero aqui a presente dissertação, mas não só ela... Bom também é o sentimento de saber que não estou sozinha e que as minhas conquistas podem ser compartilhadas.

Agradeço, então:

À professora doutora VERLI PETRI, pelo rigor teórico, pelo cuidado de sempre, pela paciência e, principalmente, por acreditar em mim... Muito obrigada pela orientação!

À banca examinadora, composta pelos professores doutores AMANDA SCHERER, MAURICIO BECK e LARISSA CERVO. Obrigada pelas contribuições desde o momento da qualificação até o da defesa desta dissertação!

À equipe docente do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Santa Maria, pela seriedade e pelo empenho na busca por garantir um curso de qualidade. Obrigada pelas reflexões propostas!

Às amigas e companheiras acadêmicas LUIZA GREFF, VIVIANE BRUST, VALÉRIA SILVEIRA, LIANA GIACHINI e DENISE MACHADO, pela parceria nas reflexões teóricas e pelos momentos de descontração. Obrigada pela amizade!

À professora doutora MARIA IRACI COSTA e à professora MARLENE TORRI, pelo auxílio com as leituras em Língua Francesa, bem como à amiga CRISTIANE GONÇALVES, pelo trabalho de revisão de linguagem. Obrigada por me ajudarem a tornar o meu trabalho melhor!

À NOEMI GUASSO, minha mãe, e ao LUIZ SILVA, meu pai, pelo incentivo, por me mostrarem o valor dos estudos! Muito obrigada pelo amor incondicional!

Ao MARCELO COELHO, pela torcida de sempre e por estar ao meu lado em todos os momentos. Obrigada pela cumplicidade e pelo amor!

A todos que compreenderam as minhas ausências e que tornaram a minha caminhada – teórica – mais prazerosa... MUITO OBRIGADA!

RESUMO

SOBRE A (RE)PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DO (DIS)CURSO DE MICHEL PÊCHEUX

AUTORA: Kelly Fernanda Guasso da Silva
ORIENTADORA: Verli Fátima Petri da Silveira

No presente trabalho, tenho por objetivo abordar diferentes momentos de formação do conceito de conhecimento para Michel Pêcheux, uma vez que é a partir de suas publicações que compreendo a produção de conhecimento e o discurso sobre ela não como conceitos acabados, com funções únicas e específicas, mas como um processo realizado por sujeitos constituídos de memória, dotados de um inconsciente, interpelados pelas Formações Ideológicas e inscritos em dadas Formações Discursivas. É a partir da relação que estabeleci com as questões da língua, da história e da produção de conhecimento que cheguei à formulação da minha questão de pesquisa: como se dá o processo de produção de conhecimento sobre a Ciência (na) Linguística em escritos de Michel Pêcheux? Desse questionamento inicial, ainda destacaria outras questões: como o sujeito fala e é falado quando versa sobre a produção de conhecimento? Quais as possíveis relações de sentido que se estabelecem entre os textos de Pêcheux produzidos em meados dos anos 1960 e os seus trabalhos posteriores? A Análise de Discurso foi, nessa esteira, o embasamento teórico-metodológico que contribuiu com as reflexões as quais meus questionamentos iniciais pontuavam, e o discurso de Michel Pêcheux sobre a ciência veio a ser também o meu objeto de análise, já que construí, no presente trabalho, um discurso sobre o discurso – a partir de um discurso específico. Estou em um processo de procura de uma certa historicidade que permeia a produção de conhecimento, sendo que esse processo constitui-se e constituiu-me enquanto sujeito da/na Ciência (na) Linguística. Nesse viés, eu não poderia fugir nem dos atravessamentos político, social e histórico aos quais me submeto enquanto sujeito que se importa com as questões da linguagem, nem das inquietações que me interpelam teórica e ideologicamente, e a minha escrita em primeira pessoa também reforça as ideias teóricas aqui mobilizadas. O discurso representa sempre uma tomada de posição do sujeito frente à língua, à história, à memória e à ideologia; isto é, enquanto pesquisadora, estas minhas palavras representam não só o modo como significo com o discurso, mas também o modo como o meu discurso me significa. Nesta dissertação, busquei estabelecer relações entre o que foi produzido por Michel Pêcheux na década de 1960 e o que é posterior, mas isso não significa que eu tenha tomado todas as publicações e sim que acesso parcialmente alguns textos desse período com uma proposta particular de leitura. Ao final deste trabalho, concluo que a produção de conhecimento depende da reprodução de práticas, a fim de constituir discurso(s) e sentido(s) sempre em movimento, atravessados pelos dizeres já-ditos que permeiam o interdiscurso. E, assim sendo, o âmbito discursivo permite aproximar a produção de conhecimento, tal como a observado nos estudos de Michel Pêcheux, do movimento de “ruminação” proposto por Fenoglio (2013), uma vez que compreendo a instância de um processo de desenvolvimento de saberes estabilizados a partir de um ir e vir da teoria; o discurso em movimento possibilita a atualização do dizer, mas não parte de mera repetição, uma vez que essas são fases necessárias à produção de conhecimento.

Palavras-chave: Michel Pêcheux. Produção de conhecimento. Discurso. Ruminação.

RÉSUMÉ

SUR LA (RE)PRODUCTION DES CONNAISSANCES: RÉFLEXIONS A PARTIR DES (DIS)COURS DE MICHEL PÊCHEUX

AUTEUR: Kelly Fernanda Guasso da Silva
DIRECTRICE: Verli Fátima Petri da Silveira

Pour ce travail, nous avons le but d'aborder les différents moments de la formation du concept «des connaissances » chez Michel Pêcheux, à partir de ses publications puisque nous comprenons la production des connaissances et le discours à ce sujet, pas comme des concepts finis, avec des fonctions uniques et spécifiques, mais comme un processus mené par le sujet et constitué par la mémoire, à partir de l'inconscient, interpellé par les Formations idéologiques et inscrit dans certaines Formations discursives. À partir du rapport que j'ai établi avec les questions de la langue, de l'histoire et de la production des connaissances, je suis arrivée à la formulation de ma question de recherche : comment s'établit le processus de production des connaissances sur la Science (en) linguistique dans les écrits de Michel Pêcheux ? Par rapport à ce questionnement initial, j'ajouterai encore d'autres questions : comment le sujet parle et est parlé quand il traite la production des connaissances ? Quels sont les possibles rapports de sens établis entre les textes de Pêcheux produits au milieu des années 1960 et ses travaux postérieurs ? L'Analyse du discours a été, dans cette perspective, la base théorique et méthodologique qui a contribué aux réflexions dont mes questions initiales ponctuaient. Et le discours de Michel Pêcheux sur la science est devenu aussi mon objet d'analyse tel que j'ai construit dans ce travail, un discours sur le discours - à partir d'un discours spécifique. Je suis dans un processus de recherche d'une certaine historicité mené par la production des connaissances, et ce processus se constitue et me constitue comme sujet de/en Sciences (en) linguistique. Par ce biais, je ne pourrais échapper ni aux traversées politiques, sociaux et historiques auxquels je me soumets comme un sujet qui se soucie des questions du langage, ni à des préoccupations qui m'interpellent théorique et idéologiquement et mon écriture de la première personne renforce également les idées théoriques ici mobilisées. Le discours représente toujours une prise de position du sujet en face de la langue, de l'histoire, de la mémoire et de l'idéologie ; autrement dit, en tant que chercheur, mes mots ne représentent que la façon comme je signifie avec le discours, mais aussi la façon dont mon discours me signifie. Dans ce mémoire de master, je cherche à établir des rapports entre ce qui est produit par Michel Pêcheux dans les années 1960 et ce qui est postérieures, mais cela ne signifie pas que je j'ai pris toutes les publications, mais que j'accès partiellement certains textes de cette période avec une proposition particulière de lecture. À la fin de cette étude, je conclut que la production des connaissances dépend de la reproduction des pratiques, pour constituer le discours(s) et le sens toujours en mouvement, traversés par le déjà-dit qui imprègne l'interdiscours. Et, ainsi, le cadre discursif permet l'approche de la production des connaissances, comme dans les études de Michel Pêcheux, du mouvement de «rumination» proposé par Fenoglio (2013), parce que je comprends l'instance d'un processus de développement de la connaissance stabilisée à partir d'un aller et venir de la théorie ; le discours émouvant permet de mettre à niveau de dire, mais ne commence pas de la simple répétition, puisque ces étapes sont nécessaires à la production des connaissances

Mots-clés: Michel Pêcheux. Production des connaissances. Discours. Rumination

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS:
UM POUCO SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DESTE TRABALHO ___ 7

1. SOBRE A DIMENSÃO HISTÓRICA DA LINGUAGEM:
UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO _____ 13

2. SOBRE CIÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO _____ 19
2.1. LÍNGUA, DISCURSO, INTERDISCURSO E MEMÓRIA_____ 19
2.2. A CIÊNCIA (NA) LINGUÍSTICA:
REFLEXÕES SOBRE TÉCNICA E PRÁTICA_____ 28
2.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIÊNCIA (NA) LINGUÍSTICA __ 58

3. A CIÊNCIA (NA) LINGUÍSTICA E A (RE)PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO 59
3.1. SOBRE O SUJEITO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO _____ 63
3.2. SOBRE O LUGAR SOCIAL DO TRABALHO INTELECTUAL _____ 68
3.3. SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO _____ 72
3.4. SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
NA TEORIA E NA PRÁTICA DO DISCURSO _____ 75
3.5. SOBRE O *DISCURSO SOBRE* _____ 80

PALAVRAS FINAIS:
CONCLUSÕES INICIAS _____ 85

REFERÊNCIAS _____ 90

PRIMEIRAS PALAVRAS:

UM POUCO SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DESTE TRABALHO

> A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1970, p. 77).

Exponho[1], nesta reflexão, um pouco do que representa para mim a produção de conhecimento e o que ela mobiliza, questão essa que constitui a minha história enquanto interessada pelos estudos sobre a língua, o sujeito, o discurso e a ciência. Entendo que o meu trajeto funde-se com as ideias teóricas que considero, na medida em que se reforça aqui, por meio da escritura, que o discurso do sujeito não escapa dos atravessamentos sociais, políticos e ideológicos aos quais está assujeitado.

O meu lugar na pesquisa linguística e, mais especificamente, nos estudos da Análise de Discurso, vem construindo-se desde o ano de 2011, momento em que me inseri no grupo de Iniciação Científica liderado pela Profa. Dra. Verli Petri, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), junto aos acadêmicos do curso de Letras. De lá para cá, foram muitas experiências no sentido de vivenciar a pesquisa, estabelecendo com ela uma relação mais próxima, dentre as quais destaco: a participação em palestras e eventos da área, desenvolvidos no âmbito da UFSM e/ou fora dele, e a vivência no Laboratório Corpus – espaço que agrega atividades de ensino, pesquisa e extensão, no qual tive diversas e importantes oportunidades de participar de discussões teóricas.

---

[1] Minha escrita em primeira pessoa, a meu ver, também reforça as ideias teóricas aqui mobilizadas. O discurso representa sempre uma tomada de posição do sujeito frente à língua, à história, à memória e à ideologia; isto é, enquanto autora/pesquisadora/acadêmica, estas minhas palavras representam não só o modo como significo no discurso, mas também o modo como o meu discurso me significa.

Durante a Iniciação Científica, sempre motivada por minha orientadora, minhas primeiras indagações teóricas estiveram relacionadas ao sujeito gaúcho e ao discurso produzido sobre ele em dicionários do século XX. Como resultados de pesquisa, propus algumas reflexões sobre *Imagens de gaúcho: modo de falar, arte de vestir* (SILVA, 2013a), bem como me questionei sobre o *Gaúcho: como seus apetrechos são dicionarizados?* (SILVA, 2013b). Com esses estudos, aproximei-me das teorias da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, entendendo que o discurso sobre o sujeito gaúcho carrega em si algo de idealizado, o qual também se relaciona com o mito do herói. Por meio do estudo contrastivo de dois dicionários, um nacional e outro regionalista, busquei demonstrar que o dicionário regionalista mantém a maioria das designações do dicionário nacional, mas apresenta peculiaridades que deslocam e tentam controlar o saber sobre o sujeito gaúcho. Esse fato, para mim, reforça a ideia de que a imagem do gaúcho não pode ser definida como uma só, pois ela dependerá da tomada de posição do sujeito produtor/leitor do discurso em questão.

A finalização da etapa que compreende a Iniciação Científica normalmente coincide com o término da graduação; no meu caso específico, por se tratar do curso de Bacharelado em Letras e Literaturas da Língua Portuguesa da UFSM, culminou com a disciplina destinada à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como com a sua apresentação. A minha questão de pesquisa, naquele momento, girava em torno das aproximações e dos distanciamentos possíveis entre o sujeito do discurso e o sujeito da enunciação, sendo ancorada pelas teorias de Émile Benveniste e de Michel Pêcheux, respectivamente. Posso destacar, dessa pesquisa, o entendimento de que o sujeito do discurso deixa de ser a origem de seu dizer e passa a ser apreendido em sua dimensão histórica, fato que permite que o sujeito e o discurso produzido por ele produzam sentidos a partir de atravessamentos da história, da memória, das condições de produção do discurso, das formações discursivas e ideológicas, entre outros.

Percorri um desafiador caminho na busca por sentidos possíveis sobre a categoria de sujeito e, tomada pela amplitude de sua complexidade, defini que o meu tema de pesquisa passaria a ser a produção de conhecimento e a reprodução de desconhecimento; considerando, para tanto, o sujeito da Ciência (na) Linguística sob o viés da Análise de Discurso. A questão que me atravessa enquanto sujeito da/na Linguística e, mais especificamente, da/na Análise de Discurso, permeia a

produção de sentido, as condições de produção e os discursos sobre a produção de conhecimento em sua especificidade.

Parto do pressuposto não só da importância da tomada de posição de um sujeito, mas também de que este não escapa dos atravessamentos da exterioridade, trazendo no discurso “a reprodução das [suas] condições de produção” (ALTHUSSER, 1970, p. 9), fato que o leva a produzir e a reproduzir aquilo em que está inserido, aquilo que o move, o movimenta e o incomoda. Cito Althusser (1970), pois, da perspectiva materialista na qual me inscrevo, entendo que a questão da ideologia e das condições de produção por ele sinalizadas fazem-se importantes para a consideração do sujeito e do próprio discurso. Maldidier (2003, p. 18), acerca dessa questão, afirma: “Althusser é, para Michel Pêcheux, aquele que faz brotar a fagulha teórica, o que faz nascer os projetos de longo curso”; e é por esse motivo que o recupero, neste momento inicial de meu trabalho, sendo suas ideias teóricas tocadas mais de perto sob o viés pecheuxtiano nas discussões aqui empreendidas.

Minhas reflexões são motivadas por um incômodo frente aos discursos sobre a produção de conhecimento linguístico, sobretudo na Análise de Discurso. Hoje sei que o meu objetivo inicial foi ousado o meu; ainda assim, persisto na busca por abordar diferentes momentos de formação do conceito de conhecimento para Pêcheux, na busca por entender melhor esse funcionamento, uma vez que é a partir de suas reflexões que compreendo a produção de conhecimento linguístico e o discurso sobre ele não como conceitos acabados, com funções únicas e específicas, mas como um processo realizado por sujeito(s) que é atravessado pela memória, pelo interdiscurso, pelas Formações Ideológicas e Discursivas, entre outros.

São todas essas questões iniciais uma ordenação de pensamentos, uma busca, um movimento visando a uma caminhada. Tudo começa com um primeiro passo, já dizia o poeta; ainda que meu passo, aqui, não seja dado pelos pés, mas pelas mãos; ainda que transpor as linhas em branco seja o meu foco na busca por sentidos e que as palavras em curso sejam o refúgio mais imediato. É o curso do discurso que me move. É uma possível história do conhecimento linguístico que busco traçar e é sobre ela que me proponho a refletir.

Quando Henry (2014) reflete acerca da cientificidade e da objetividade na linguagem, sobretudo calcado na teoria de Popper, ele critica a possibilidade de um saber neutro e de uma história transparente. É, também, a partir desse autor que vejo a necessidade de considerar a própria noção de história, uma vez que, de

acordo com a perspectiva da Análise do Discurso, ela é atravessada pela exterioridade. Considero, portanto, que uma das condições para a história é o discurso, entendido enquanto processo de produção de sentido.

Afirma Ferreira (2003, p. 191) que “o conceito de história faz parte da ordem do discurso e isso já impõe uma diferença”, sendo que “a história necessita do discurso para existir” (FERREIRA, 2003, p. 191). No caso específico do discurso tomado como produção de conhecimento, compreendo que, porque constitui uma tomada de posição do sujeito, a história também pode estar sujeita às falhas, faltas e equívocos do discurso. Ainda, faz-se fundamental recuperar a ideia de historicidade como aquela concebida enquanto efeito de sentido(s). Essa noção derivada de história e que está mais próxima da Análise do Discurso “tem a ver precisamente com a inscrição da história na língua” (FERREIRA, 2003, p. 191), ou seja, é propriamente o efeito de sentidos que ganha relevo a partir da observação/análise dos discursos em questão.

O meu fazer, de certa maneira, mistura-se e completa-se com a teoria a qual me remeto, já que, a partir da Análise de Discurso de fundação francesa e, em especial, a partir do que afirmou Michel Pêcheux sobre discurso, ideologia e ciência, bem como considerando os autores que desenvolvem a teoria do discurso no Brasil, acredito que o discurso (mesmo de forma inconsciente) e os sentidos que ele mobiliza estão relacionados às condições ideológicas, históricas e sociais nas quais é produzido – e também nas suas condições de leitura. O que me move, justamente, é a busca por reflexões e, mais do que isso, por formulações que me permitam, dentre outras questões, discutir, no presente trabalho, a afirmação de Henry (2013, p. 1) quando propõe que “o discurso não funciona de modo isolado”.

A caminhada aqui trilhada perfaz-se a partir de três pontos principais, a saber: em *Sobre a dimensão histórica da linguagem e sobre a história do conhecimento*, apresento algumas considerações sobre língua e discurso em sua relação com a história até chegar em produção de conhecimento e discurso do sujeito da/na Ciência (na) Linguística. Essa mobilização de sentidos faz-se fundamental na medida em que procuro estabelecer, desde já, não só a minha filiação à teoria do discurso, mas também os saberes que recupero, bem como aqueles que busco relacionar entre si. As noções teóricas de história e de historicidade são abordadas afim de percorrer o processo discursivo. Em *Sobre ciência e produção de conhecimento pelo viés da Análise de Discurso,* percorro dois textos de Thomas

Herbert e dois textos de Michel Pêcheux (ainda sem tradução[2] em Língua Portuguesa), apontando as questões específicas sobre *técnica e prática* para refletir sobre ciência e (re)produção de (des)conhecimento. Tal relação parte da proposta de enfocar as discussões aqui consideradas nas questões da produção de conhecimento propriamente ditas, buscando, para tanto, amparo nas ideias teóricas de Althusser (1976), sobretudo quando versa sobre o momento de "crise" na ciência, bem como sobre as noções de "conceito teórico" e de "conceito empírico". Já em *A ciência (na) Linguística e a (re)produção de conhecimento,* trarei, como referência, dentre outros, os textos de Eni Orlandi (1996; 2008a; 2009), Eduardo Guimarães (2003; 2009), Verli Petri (2004; 2013; 2015), Amanda Scherer (2006; 2013), a fim de refletir sobre o que, de fato, vem sendo produzido na/pela Linguística e, mais especificamente, na/pela Análise de Discurso, sobre a categoria de sujeito em sua relação com a produção de conhecimento, que contribui para uma História das Ideias Linguísticas do/no Sul do Brasil.

Refletir sobre o meu lugar geográfico/simbólico na pesquisa sobre a produção de conhecimento linguístico, a partir do ponto de vista discursivo, tem sua base no próprio lugar no qual me inseri enquanto estudante do curso de Letras, participando de um grupo de pesquisa que vem contribuindo com o desenvolvimento da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas no Sul do Brasil. Cabe destacar, aqui, os trabalhos das professoras Verli Petri – orientadora desta pesquisa – e Amanda Scherer, docentes na Universidade Federal de Santa Maria com diversas publicações em livros e periódicos renomados dessas áreas do conhecimento; presenças relevantes em eventos não só em nível estadual, mas também nacional; pesquisadoras que contam, também, com um grande número de trabalhos de Mestrado e de Doutorado sob sua orientação.

É por toda essa relação que estabeleci com as questões da língua, da história e da produção de conhecimento que cheguei à formulação da minha questão de pesquisa: como se dá o processo de produção de conhecimento sobre a Ciência (na) Linguística em escritos de Michel Pêcheux? Desse questionamento inicial, ainda destacaria outras questões: como o sujeito fala e é falado quando versa sobre

---

[2] Fica registrado aqui o meu agradecimento especial à Profa. Dra. Verli Petri por possibilitar o meu contato com esses textos que estão disponíveis no Fundo Documental Michel Pêcheux, no Labeurb/Unicamp; bem como à Profa. Dra. Maria Iraci Sousa Costa e à Profa. Marlene Torri pela gentileza de me auxiliarem na tradução das citações em Língua Francesa trazidas à baila nestas minhas reflexões.

a produção de conhecimento? Quais as possíveis relações de sentido que se estabelecem entre os textos de Pêcheux produzidos em meados dos anos 1960 e os seus trabalhos posteriores?

Não raro, deparo-me com discussões em que se defende que a Linguística não é ciência e/ou que a Análise de Discurso não tem método e objeto de estudo delimitados. São essas questões que problematizarei no decorrer das discussões aqui empreendidas, sob o viés da Análise de Discurso pecheuxtiana.

Sou, então, interpelada a refletir não só acerca do lugar teórico que ocupo enquanto pesquisadora de Letras/Linguística/Análise de Discurso no sul do Brasil, mas também acerca dos discursos sobre a produção de conhecimento e, igualmente, sobre o discurso do sujeito da ciência, uma vez que essa temática me é cara por constituir as condições de produção de meus estudos. Essa temática me afeta enquanto sujeito das/nas Letras que está sempre em (dis)curso.

Venho refletindo sobre o meu lugar na pesquisa e, a partir de minhas leituras de/sobre os trabalhos de Pêcheux e de outros autores da mesma linha teórica, remeto ao meu desejo de escrever uma página na/da grande História das Ideias Linguísticas no Sul do Brasil. Um trabalho desafiador e que me encaminha, cada vez mais, não a respostas definitivas sobre a questão específica da produção de conhecimento, mas, sim, a uma nova maneira de propor(-me) questões sobre o discurso, o sujeito e a ciência.

1. SOBRE A DIMENSÃO HISTÓRICA DA LINGUAGEM: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO

> Os historiadores que quiseram romper com a velha crônica para dar à história, tanto quanto possível, o rigor de uma ciência, precisaram lutar com os pressupostos e os equívocos ligados ao próprio nome da história (RANCIÈRE, 1994, p. 9).

Ao tomar-se a dimensão histórica da linguagem poderia recair na própria problemática de seu nome, ou seja, em Língua Portuguesa, como alerta Rancière (1994, p. 11): a palavra "história" designa, ao mesmo tempo, "a experiência vivida, o seu fiel relato, sua ficção mentirosa e sua explicação erudita". Tratar sobre a História da/na língua requer que se apreenda tal equívoco como constitutivo, sendo necessária uma tomada de posição do sujeito frente ao objeto de estudo. Isso posto, me proponho a considerar os discursos produzidos em um período de tempo determinado e em condições de produção bem específicas, a saber: aqueles produzidos por Michel Pêcheux, de 1966 a 1983[3], quando versa acerca da produção de conhecimento e tendo como seu pressuposto o desenvolvimento de uma teoria do/sobre o discurso.

Entretanto, destaco que este estudo, que considera a produção de conhecimento em sua dimensão histórica, configura-se como um estudo linguístico e está vinculado aos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de fundação francesa. E é justamente a associação de campos do saber que aqui se faz fundamental. Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014) afirmam que a Análise de Discurso constitui-se pela articulação do materialismo histórico, da Linguística e da teoria do

[3] Não considero tal recorte temporal de maneira estanque e nem em sua completude, ou seja, acesso parcialmente alguns textos produzidos nesse período com uma proposta particular de leitura.

discurso, sendo essas três regiões do conhecimento científico, ainda, atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Considerar o discurso de Pêcheux, nesse viés, faz ver que o discurso em si não pode ser acessado em sua totalidade, com início e fim bem delimitados; essa é uma ilusão que o sujeito constrói para si enquanto necessidade de conhecer o todo, bem como a ilusão de que é o todo que assegura e legitima o saber. Pêcheux ([1975] 2009, p. 153) trabalhou a noção de "fio do discurso" para afirmar que o funcionamento do discurso do sujeito estabelece-se não só em relação a si mesmo, mas também ao que se disse antes e ao que se disse depois. Tomo, então, o (dis)curso de Pêcheux como um fio, do qual acesso alguns pontos que se/me encaminham a aprofundar algumas reflexões sobre a produção de conhecimento.

O trabalho teórico de Pêcheux não é unilateral e não versa apenas sobre um tema em específico, ele constitui, fundamentalmente, uma série de inquietações que carregam, em sua base, a problemática do discurso. A partir do discurso, o autor desenvolve ideias teóricas importantes sobre a relação que o sujeito estabelece com a linguagem e é a partir dessas que me movimento em busca de sentidos possíveis para a (re)produção de (des)conhecimento.

Considerando os conceitos mobilizados nos anos 1960, conjuntura na qual o projeto de Michel Pêcheux constituiu-se, destaco que o plano teórico no âmbito da Linguística discutia questões do Estruturalismo (com ênfase em Saussure) e, posteriormente, questões do Gerativismo (de acordo com Chomsky). Os estudos da Enunciação (propostos por Benveniste), da Sociolinguística e da Análise de Discurso de escola americana eram, da mesma forma, amplamente debatidos nesse período.

As relações que Pêcheux estabeleceu com a academia iniciaram-se na Escola Normal Superior, com o curso de Filosofia, concluído em 1963. O período era de discussões promovidas por Althusser, que elaborava, com seus alunos, a obra **Ler o Capital**. Lacan, por sua vez, promoveu seus seminário de Psicanálise em 1965-1966 – **O seminário, livro 13**[4]. Ainda, destaco o pleno funcionamento dos grupos de discussão denominados "Círculo marxista-leninista" e "Círculo de epistemologia" nesse momento.

---

[4] Lacan desenvolveu seus estudos por meio de seminários, os quais foram publicados em livro. O primeiro deles – **O seminário, livro 1** – data de 1953-1954 e o último – **O seminário, livro 27** – data de 1980.

Nessa época, também, Pêcheux foi apresentado a Georges Canguilhem e deu início aos estudos da história das ciências e da epistemologia. Canguilhem era, segundo Petri (no prelo, p. 1-2), um grande estudioso e questionador:

> [...] que refletia sobre o sujeito e o sentido; sobre o normal e a anormalidade; sobre a saúde e a doença; sobre a vida e a morte, buscando fundar um outro estatuto científico, considerando o diferente como parte do mesmo; desfazendo, dessa forma, as oposições absolutas entre o certo e o errado.

O trabalho de Canguilhem é contemporâneo à constituição do campo teórico da Análise de Discurso de linha francesa, tal como desenvolve-se atualmente; desse modo, é importante considerá-lo, uma vez que é citado pelo próprio Michel Pêcheux em sua teorização. Encontra-se nesse autor, por exemplo, a "concepção de homem como sujeito histórico que se constitui pelo simbólico em relação ao seu meio" (PETRI, no prelo, p. 7). São questões como essas que mostram como a produção de conhecimento, enquanto discurso, se apresenta permeada de atravessamentos da exterioridade.

Em 1966, com o apoio do referido filósofo e médico, Pêcheux ingressou no *Centre national de la recherche scientifique*[5], mais conhecido pela sigla CNRS, e lá encontrou Michel Plon e Paul Henry, estabelecendo, com eles, uma grande cumplicidade: "Uma conivência imediata se estabelece entre eles. Eles leem, discutem, trabalham juntos" (MALDIDIER, 2003, p. 17).

O trabalho em conjunto está, portanto, no cerne do desenvolvimento das ideias teóricas formuladas por Pêcheux, pois esse autor parecia reconhecer a importância de um interlocutor a interrogar-lhe, negando ou concordando com suas proposições. De fato, Pêcheux valorizou a troca de saberes a tal ponto que redigiu relevantes obras juntamente com outros estudiosos: com Michel Fichant, por exemplo, publicou **Sobre a história das ciências**, em 1971 e, com Françoise Gadet, escreveu **A língua inatingível**, em 1981.

Considerando que o período de fundação teórica da Análise de Discurso na França compreende movimentações políticas no sentido de romper com o poder político vigente, no que se refere às condições sócio-históricas, destaco: o ano de 1968 marca "o início da renovação do pensamento político e social, quando o Materialismo Histórico influencia na forma de pensar as Ciências" (PETRI, 2006, p.

---

[5] Centro Nacional da Pesquisa Científica.

188). É nesse momento que Michel Pêcheux torna-se uma referência à abordagem histórica das/nas ciências, sobretudo, tomando como observatório trabalhos seus em que discute a teoria e a prática discursivas.

Entendendo que “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhes achemos causas e consequências” (HENRY, 2014, p. 55), proponho, então, a consideração de alguns momentos históricos importantes ao período compreendido entre os anos 1966 e 1983, no Brasil e na França. Nesse período foi que Pêcheux produziu/publicou seus trabalhos sobre discurso, ideologia e produção de conhecimento.

No que se refere à conjuntura teórico-política em que surge a Análise de Discurso na França, em 1960, destaco, a partir de Orlandi (2012b), que se desenvolveram as ideias relativas ao Estruturalismo filosófico, bem como as questões da ideologia e da leitura dos discursos. O Estruturalismo filosófico problematizava as diversas formas de evidência de leitura como, por exemplo, a do Espiritualismo filosófico, que adotava uma concepção religiosa de leitura. “Os sentidos explodem para todo lado”; de igual forma, nessa mesma época, desenvolvia-se a Análise de Discurso (ORLANDI, 2012b, p. 14).

A greve geral, de 13 de maio de 1968, marcou um ponto de reflexão importante acerca da ideologia operária. Centenas de milhares de estudantes e de trabalhadores foram às ruas de Paris defender os seus interesses. Os trabalhadores franceses estenderam os músculos, tomaram consciência do enorme poder que tinham em suas mãos.

> No Brasil, por sua vez, a ditadura política inscrevia um cenário em que tais sentidos não podiam circular sob o peso da censura e violência de Estado. Campo fértil para os estudos formalistas, que insistiam em apagar o sujeito e a história, e de par com uma inscrição duplamente positivista: por um lado, da Linguística como ciência – isso para ambos os países –, mas, por outro, de par com os estudos também de inscrição positivista sobre a língua no Brasil (SCHERER; DIAS; PETRI, 2014, p. 23).

No Brasil, de 1961 a 1964, mais especificamente em 1964, os militares golpearam de uma vez só a democracia e o populismo no Brasil. Começou, então, a ditadura militar, que tinha como principais características a cassação de direitos políticos de opositores; a repressão aos movimentos sociais e às manifestações de oposição; a censura aos meios de comunicação e aos artistas; a aproximação dos EUA (controle dos sindicatos); a implantação do bipartidarismo – ARENA (governo)

e MDB (oposição controlada) –; o enfrentamento militar dos movimentos de guerrilha contrários ao regime militar; o uso de métodos violentos – inclusive tortura – contra os opositores ao regime e o “milagre econômico”, por um lado, com um forte crescimento da economia e com altos investimentos em infraestrutura e, por outro, o consequente aumento significativo da dívida externa.

Os anos 1960 e 1970 foram reconhecidos como aqueles de grandes mudanças, pois houve transformações na estrutura da produção e da sociedade, nos comportamentos políticos e nas manifestações culturais. Época do regime de ditadura militar, implantado em 1964, e da reforma educacional que, mais tarde, provocou o fechamento do Congresso e a decretação do Ato Institucional nº 5.

Além disso, o país foi palco de grande desenvolvimento da massificação das informações e dos padrões de comportamento de consumo. Dentre os meios de comunicação, a televisão foi o veículo que mais se difundiu – ela generalizou-se em todas as camadas sociais –, numa década em que as redes de telecomunicações atingiram distantes regiões do país.

Na década de 1980, a imprensa testemunhou os percalços enfrentados pela sociedade brasileira na passagem da ditadura para a democracia. Foi momento, também, de modernização dos processos da produção jornalística com o início da informatização. Grande e importante foi o movimento das “Diretas Já”, que mobilizou a população em defesa de eleições diretas para a escolha do presidente da República e resultou, em 1985, na eleição de Tancredo Neves. Tancredo derrotou o então deputado Paulo Maluf; no entanto, adoeceu e faleceu. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, José Sarney.

Todo esse momento de tensão política refletiu, inevitavelmente, no processo de constituição dos sujeitos, bem como dos sentidos por eles mobilizados, uma vez que perfaz as condições de produção sócio-históricas dos discursos. Conforme já mencionado anteriormente, a ditadura política inscreveu um cenário em que os sentidos, sob o peso da censura e violência de Estado, eram “controlados”. No período em que esteve em vigor o Ato Institucional nº 5, mais precisamente de 1968 a 1978, a censura federativa coibiu filmes, peças teatrais e a editoração de vários livros, sem falar no grande número de músicas: “podemos então apreciar o movimento da produção da ciência como algo nada linear, mas, ao contrário, cheio de efeitos de pré-construído e de implicações e consequências muito dinâmicas e, não poucas vezes, controversas” (ORLANDI, 2012b, p. 21).

Brevemente configurado o momento histórico sobre o qual venho refletindo, entendo a importância de considerar-se, a seguir, alguns conceitos fundamentais sobre ciência e sobre produção de conhecimento, partindo, para tanto, do viés teórico da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas. Relevante se faz, entretanto, afirmar que uma cronologia dos acontecimentos não tem fim em si mesma, pois o conhecimento não constitui necessariamente um acontecimento e, por isso mesmo, não tem uma data atribuída a ele. O conhecimento mobiliza discursos e saberes, proposições e refutações, perguntas e respostas.

O conhecimento, conforme afirma Althusser (1967), trabalha com elementos abstratos, e reside aí, em grande parte, a dificuldade pela qual muitos tomam-no. Tratar de abstrações, em um contraponto com elementos “reais”, exige do sujeito uma dedicação extra e, nesse mesmo âmbito, uma reflexão a mais. O objeto do conhecimento não está dado, precisa ser construído pelo sujeito que, por sua vez, utiliza-se do discurso – e é também interpelado por ele –, de modo a mobilizar sentidos e produzir conhecimento.

2. SOBRE CIÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO

2.1. LÍNGUA, DISCURSO, INTERDISCURSO E MEMÓRIA

O discurso, enquanto possibilidade de produzir sentidos a partir da tomada de posição do sujeito, apresenta-se como conceito importante aos estudos sobre a produção de conhecimento. Neste caso específico, ao considerar o discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística sob o viés discursivo, considero o corte promovido por Saussure um movimento importante para a história da Linguística como um todo, uma vez que foi esse autor quem estabeleceu seu objeto e método de análise, configurando-lhe o *status* de Ciência. O que não perco de vista, entretanto, é que a língua não é transparente, tampouco os seus sentidos são evidentes, porque o sujeito, enquanto ser falante, é sempre atravessado pelas condições sócio-históricas que o circundam.

Em termos de explicação/exemplificação da teoria linguística, não raro, deparo-me com um modelo de comunicação que define o sujeito falante – locutor – e estabelece sua posição não só frente ao interlocutor, mas também frente ao referente. O locutor representa, então, uma unidade, e é essa unidade que deve ser teoricamente problematizada, uma vez que o lugar de locutor, cada vez que é “preenchido” por um sujeito, em determinada situação sócio-histórica, vai produzir significações diferentes:

> [...] dois seres falantes são real e necessariamente distintos e sob nenhum ponto de vista sua diferença pode ser encoberta – nem mesmo pelo conceito –: eles não cessam de se escrever como discerníveis e não pode existir nenhum real em que eles se simetrizem. É por isso que o modelo de comunicação – o de Saussure, por exemplo –, funcionando como representação, funciona também como máscara: sua propriedade essencial consiste, de fato, em aplicar o princípio da simetria e do indiscernível à relação de conjunção do impossível – de tal modo que dois sujeitos falantes, no sentido da linguística, só são considerados, por definição, em razão dos traços que os igualam um ao outro (MILNER, [1978] 2012, p. 98).

Eis que a representação[6] da/na língua, retomada como uma das noções fundamentais para a propagação do conhecimento, torna-se – também – uma máscara. Pensar sobre a representação conduz a refletir sobre todo o processo de produção de conhecimento e, juntamente a isso, sobre a produção de discurso(s) como um todo, uma vez que discursivizar é, para mim, representar uma realidade possível, a partir dos atravessamentos a que todo sujeito está assujeitado. A contradição instala-se, então, desde o cerne da produção de conhecimento: o sujeito não é capaz de produzir discurso(s) sem dissimular – e essa dissimulação não é consciente. Tal relação é contraditória, suponho, porque a tomada de posição do sujeito, quando se propõe a produzir conhecimentos, tende a deslindar discursos estabilizados e sentidos transparentes. O que ocorre, em meu entendimento, é que para produzir discurso(s) é preciso mascarar sentidos.

Não se pode dizer tudo sobre alguma coisa. Ainda que inconscientemente, o sujeito seleciona, mobiliza, adiciona e/ou exclui dizeres e saberes. Nesse viés, ainda, o sujeito precisa assegurar-se (da ilusão de) que controla os sentidos do discurso, bem como aquilo que é entendido por seu interlocutor. Uma via de mão dupla, que precisa “funcionar” – ainda que aparentemente, já que se sabe da impossibilidade de controlar sentidos e, do mesmo modo, que a linguagem é opaca e espessa.

Considerando, por exemplo, que, em geral, é mais fácil sensibilizar o interlocutor e – a partir dessa sensibilização – produzir conhecimento quando o sujeito sente-se parte importante do processo, é possível inferir que mascarar a diferença constitutiva entre os sujeitos, como o fez Saussure, vem a fazer parte de

---

[6] Noção teórica aqui entendida, a partir de Petri (2004), como a implicação que o “discurso sobre” revela acerca de dadas formações discursivas, ou seja, funciona como um modo possível de o sujeito apresentar uma tomada de posição, via discurso, na língua.

um processo articulatório de interpelação, a fim de negociar sentidos com o sujeito e a própria sociedade.

Mascarar, nesse âmbito, (con)funde-se com o próprio sentido de dissimular, sendo que entendo, também, a partir de Pêcheux ([1975] 2009, p. 149), que toda formação discursiva dissimula, “na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ sempre ‘antes’ [...]”. Assim sendo, tudo já foi dito antes, em outro lugar, e o sujeito só consegue significar o seu discurso porque há dizeres já-ditos e já admitidos entre falantes da língua. Nesse viés, o interdiscurso constitui-se enquanto essa possibilidade de o sujeito significar e significar-se pelo discurso por meio da língua.

Faz-se fundamental mobilizar, nestas reflexões, também, algumas considerações acerca do meu entendimento sobre o que vem a ser uma representação[7], uma vez que apreendo que ela é inerente ao processo de produção de conhecimento. Parto da premissa de que há um sujeito da ciência e que ele é assujeitado à língua e à história, dispondo de certa liberdade (ainda que ilusória) para mobilizar saberes e relacionar ao seu discurso uma diversidade de discursos outros, de modo que o (seu) saber constrói-se.

Representa-se aquilo que se vê e aquilo que não se vê. O sujeito pode representar seus conhecimentos, seus saberes, suas dúvidas e suas indagações. Representar é mesmo reproduzir; retratar; transformar; interpretar; simbolizar. Por tudo isso acredito que, quando representa, o sujeito assume um posicionamento dentre outros tantos possíveis, de acordo com as condições sociais e históricas de produção do seu discurso. Para discursivizar, é necessário representar; porém, já disse Auroux (2008), nem todas as representações serão necessariamente simbolizadas. Isso quer dizer que o sujeito, constituído de discursos, simboliza somente aquilo que se faz pertinente no momento de discursivizar, ou seja, de colocar o discurso em movimento pela prática da língua(gem).

Considerando que o sujeito constitui-se, constrói o seu discurso e mobiliza sentidos de acordo com as condições de produção que o circundam, questiono-me: como isso se dá? A partir de quais processos discursivos o sujeito representa a

---

[7] O termo “representação” é aqui utilizado também/porque, talvez me falte um outro que possa dar conta dessa relação que se constitui entre o(s) discurso(s) e o(s) sentido(s), estabelecida por um tomada de posição do sujeito.

liberdade (aparente) que lhe é atribuída para representar e discursivizar o(s) conhecimento(s)? E mais, de que modo ele estabelece relações de saber, sendo que não escapa de atravessamentos sociais, teóricos e políticos?

Entendo, junto com Petri (2004, p. 25), que “os sentidos não são únicos nem transparentes e o quanto a ilusão de unidade do sujeito é frágil, podendo ser desconstruída a qualquer momento, mostrando-a como fragmentada”. Por ser assim é que o discurso, por ele mesmo – diferentemente do texto, por exemplo –, não possui início e fim localizáveis. Os sentidos passam a ser construídos a partir de uma relação de sentidos, de acordo com as associações que faz o sujeito que produz discurso, da mesma forma como o faz seu interlocutor.

A partir dessa reflexão, defendo que é a possibilidade de dizer, redizer e desdizer que, dentre outras coisas, interpela o sujeito em sujeito do seu discurso. O sujeito precisa representar a realidade da qual é sujeito e à qual está assujeitado para poder significar e produzir sentidos para si e para os outros sujeitos; sendo essa realidade um efeito de verdade que ele constrói para poder significar(-se) e produzir sentidos. Tomo tal noção a partir de Petri (2004), quando versa sobre a representação do mito no imaginário sobre o gaúcho e, ao realocar tais reflexões e aproximá-las do discurso do sujeito da ciência, entendo a representação sempre sujeita à opacidade da linguagem e dos sentidos. Por constituir uma tomada de posição do sujeito frente aos acontecimentos em espaço e tempo específicos, a representação apresenta-se de maneira que está mesmo em constante construção e/ou elaboração.

Ao conceber que o discurso é constituído de/pela historicidade e, da mesma forma que, para haver sentidos possíveis, é fundamental que o sujeito produza discursos, de acordo com as representações que constrói acerca da realidade, se está atribuindo ao sujeito uma tomada de posição e, simultaneamente, está se tomando uma posição frente a ele. Vejamos: não é só porque há uma história sobre as coisas que o sujeito é interpelado pela ideologia, mas é também porque a história é que permite que sentidos sejam recuperados e, até mesmo, revisitados.

Tomando as *Definições* apresentadas por Pêcheux (1971) na obra **Sobre a História das Ciências**, mais especificamente quando versa sobre o estabelecimento de um ponto sem regresso, o qual constituiria um corte epistemológico na ciência, reflito sobre o deslocamento dos/nos sentidos até então estabilizados. O autor apresenta, nesse trabalho, a perspectiva sobre a qual o

discurso do sujeito da ciência está sendo compreendido: a “posição descontinuísta”[8] (PÊCHEUX, 1971, p. 12), na medida em que recusa a noção de “saber” como desenvolvimento contínuo. Assim sendo, considera-se que não há como garantir que o conhecimento desenvolva-se de maneira contínua e gradual; da mesma forma, não há como garantir que não haja, inclusive, retrocessos ou estagnações, já que o discurso do sujeito da ciência está estritamente relacionado às conexões que o sujeito estabelece com a realidade.

A produção de conhecimento, questão que me inquieta enquanto constituída por/para sujeitos, por meio da ciência e do sujeito da ciência, seria, então, uma construção, uma organização do interdiscurso a partir dos já-ditos. Dentro disso, o sujeito, para refletir sobre o conhecimento e para produzir e atualizar os já-ditos, recupera aquilo que está em jogo no interdiscurso e que se faz necessário mobilizar no momento da atualização do dizer. O conhecimento ativa lugares da memória (não são quaisquer lugares) que se fazem possíveis ao sujeito no espaço-tempo da atualização do dizer:

> [...] a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 56).

A memória é fundamentalmente lacunar, uma vez que, em sua constituição enquanto conceito teórico, e para tal reflexão considero a perspectiva assumida por Michel Pêcheux ([1983] 2010), a memória não pode ser concebida como uma caixa fechada ou uma esfera plana que “guarda” saberes, mas como um espaço que está em constante construção. Tomo esse espaço como lacunar, principalmente, porque entendo que é o sujeito que, no momento em que discursiviza, ativa – alguns, não todos possíveis – lugares de saber. À medida em que o sujeito é interpelado na produção de conhecimento, ele mobiliza alguns dizeres e exclui outros.

O sujeito, portanto, atualiza o seu dizer recuperando sempre o que já foi dito antes e que faz parte do interdiscurso; bem como o enuncia tomando como base o que pode e o que deve ser dito por ele, dentro das condições sociais e ideológicas já

---

[8] Pêcheux afirma que, para construir tal formulação, ele considera os estudos de Koyré, mais especificamente, os seus *Études Galiléenes*, publicados na *Histoire de la Pensée*, XI, Hermann, 1966, p. 50.

determinadas pela Formação Discursiva na qual se inscreve. Entendo que não há como produzirem-se conhecimentos e “esperar” que eles produzam sentidos sem que haja uma mínima coincidência linguística entre os sujeitos:

> Partimos da ilusão de ocuparmos “um lugar vazio” que, na verdade, já foi ocupado por inúmeros sujeitos interpelados pela ideologia e que, neste momento, passa a configurar o espaço do sujeito que produz o presente texto, trata-se da materialização de uma leitura/releitura particular, determinada pelas condições de produção (PETRI, 2004, p. 13).

O que particulariza uma leitura/releitura e, por esse viés, a própria interpretação, vêm a ser as condições de produção que afetam o sujeito no momento mesmo de discursivizar. Tal fato me impede, também, de aceitar que os sentidos seriam neutros e/ou transparentes, uma vez que o sujeito relaciona-se com a realidade – a partir das suas condições de produção – de modo particular, pois ele experiencia, sempre, de maneira particular e diversa.

Nessa esteira, penso também a partir de Petri (2004) a noção de interdito/interditado como sendo relevante, uma vez que o sujeito, quando toma uma posição frente à língua, ocupa um lugar – o qual até pode ser vazio – que não é qualquer um. Há certa interdição de sentidos quando se considera o discurso acadêmico, por exemplo, em detrimento do discurso literário: as expectativas geradas podem ser diversas (apreendendo então o sujeito produtor de discurso(s) e o sujeito leitor/interlocutor), uma vez que as formações ideológicas, as formações discursivas e as condições sócio-históricas de produção do(s) discurso(s) são diferentes.

Minha compreensão vai na direção de que o sujeito só produz sentidos a partir de seu discurso – e/ou do discurso do outro, realizando uma leitura, por exemplo, ou algum outro tipo de interlocução – quando consegue mobilizar os conhecimentos adquiridos por meio de leituras, experiências, estudos, análises e/ou discussões que lhe permitem produzir sentidos. Nesse âmbito é que mobilizo a noção de historicidade e considero que a história não serve apenas “como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos” (NUNES, 2005, p. 1). Tomar os acontecimentos na história e os sentidos que eles engendram faz-se fundamental para que possamos discutir as noções que envolvem a categoria de sujeito, bem como o seu gesto de interpretação a partir do recorte/aporte teórico.

Ainda que, de acordo com Auroux (2008), nem todo o saber seja uma representação, nem mesmo seja necessariamente representado, pois: “para que algo seja uma representação, é necessário que sejamos capazes de construir a sua significação” (AUROUX, 2008 p. 126); para que signifique, o sujeito precisa conseguir estabelecer relações com os conhecimentos que mobiliza. Seria impossível conceber um discurso, por exemplo, se cada sujeito (da/na ciência ou não), ao tomar uma posição, fosse a origem do seu dizer e precisasse criar palavras e combinações de palavras, assim como dar sentido a elas, de modo que o seu interlocutor compreendesse minimamente o discurso em questão: impossível e impraticável. Já Auroux (1992, p. 11-12) afirmou que “o saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói”. Assim sendo, infiro que a própria relação do sujeito com o mundo depende das representações que ele mobiliza.

Nesse viés, a escrita teórica – tomada a partir do ponto de vista discursivo –, de acordo com Orlandi (2002, p. 9), “desestabiliza a visão da história como algo estável, não sujeita a interpretações. [...] dando lugar à crítica em relação às teorias”. Por meio da apreensão do sujeito enquanto categoria constituída por atravessamentos, desloca-se o lugar do estabilizado e movimentam-se os dizeres e os possíveis sentidos por eles mobilizados.

Sob o olhar materialista do discurso, acredito que o conhecimento não se dá de modo separado/afastado/fechado, já que todo o saber é “um produto histórico [...] que resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (AUROUX, 1992, p. 14). Para ele, o conhecimento é então tomado como uma possibilidade de representar, sem deixar de produzir sentidos a partir do horizonte de retrospecção e do horizonte de projeção que constituem e atravessam o discurso do sujeito. É por meio de Auroux (1992), também, que entendo a importância de considerar a história como uma linha – sem início e sem fim especificamente localizáveis – a qual o sujeito compreende a partir das condições pelas quais está circunscrito, sendo necessário para isso, sempre, uma tomada de posição frente à realidade.

Partindo do texto *Representar, conhecer e saber* (AUROUX, 2008, p. 125), entendo que essas são diferentes instâncias que se complementam e que

direcionam a refletir, ainda mais, acerca da produção de conhecimento. No referido texto, o autor apresenta sua noção de “representar”, defendendo que os seres vivos em geral, na sua relação com as externalidades, são constitutivamente “afetados” (AUROUX, 2008, p. 125) pelas associações que estabelecem com o ambiente – não como causa/justificativa para o discurso, mas enquanto possibilidade de discursivizar.

Considerando, então, a produção de conhecimento em uma relação direta com a produção de discurso(s), entendo o sujeito – ainda e sempre – afetado pelas condições de produção do seu discurso, sendo que “representar” constituiria uma aproximação e uma tomada de posição do sujeito frente a um objeto (qualquer) a ser discursivizado. Em se tratando especificamente de “representar”, Auroux (2008) aponta que essa noção, ao ser aprofundada, foi substituída pelas ciências cognitivas, pelas ciências da informação, pela filosofia das ciências e/ou pela história da mentalidades, sobretudo, porque “levam a ultrapassar as capacidades individuais por meio de instrumentos técnicos e significantes” (AUROUX, 2008, p. 125).

Eis uma relevante característica para a apreensão da produção deconhecimento: segundo Auroux (2008), faz-se necessário passar do âmbito particular/individual para o âmbito geral/compartilhado; sendo preciso, para tanto, “passar pelo estudo de uma construção progressiva, geração após geração, de objetos externos [...]. Tenho imediatamente contato com objetos históricos” (AUROUX, 2008, p. 125). A construção progressiva é aquela que permite acompanhar o percurso e que faz ver o discurso enquanto uma composição e/ou uma reunião de dizeres já-ditos.

O autor prossegue e explicita que:

> Há um saber tácito, muito simplesmente ocultado nas nossas práticas, mas eminentemente transmissível (não há saber sem transmissão). Assim, as técnicas têm sido primeiro conhecimentos não representados, transmitidos por aprendizagem e imitação. Uma representação é reflexiva (AUROUX, 2008, p. 126, grifos do autor).

Assim sendo, as noções de representar, conhecer e saber se constituem também em relação de aproximação/exclusão, já que é possível, por exemplo, saber e não representar – na prática – ou transmitir o que se conhece – por meio de uma técnica – sem refletir sobre isso.

Infiro que, para produzir discurso(s) e para tomar uma posição, o sujeito – a partir das condições de produção de que é sujeito e, ao mesmo tempo, pelas quais é assujeitado – relacionará os dizeres já-ditos de modo a particularizar o seu discurso. Isso produz, a cada vez, um discurso outro, pois não só a sua maneira de experienciar a realidade será diferente, mas também a sua realidade será diversa, uma vez que a produção de sentido está em plena constituição.

A atualização do dizer, nesse âmbito, se dá tanto a partir do conhecimento produzido anteriormente – que, de alguma forma, atravessa o sujeito que produz ciência –, quanto a partir dos conhecimentos que podem devir. Ainda que considere outros já-ditos, entendo que o discurso do sujeito da ciência não é também uma mera repetição. É a busca por sentidos possíveis que leva o sujeito, dentro do que ele se propõe, a mobilizar o que já foi dito antes e que se faz relevante relacionar na sua atualização do dizer. Há aí, também, um jogo discursivo entre a variação e a manutenção dos sentidos.

É fecunda a relação entre a ciência e as diversas teorias que ela pode analisar, já que, de acordo com Orlandi (2008, p. 4), "[...] é no corpo a corpo com as 'fontes' (texto/autor), com as formulações, que a ciência faz seu caminho mais interessante e mais produtivo, movendo-se na rede de suas filiações". Dessa forma, percebo a necessidade de conceber o discurso do sujeito da ciência como aquele que mobiliza os já-ditos e atualiza o dizer, constituído de memória e de historicidade, reproduzindo/produzindo/transformando sentidos.

Sendo o sujeito historicamente constituído pelas circunstâncias sócio-históricas que o rodeiam, nesse âmbito, o seu discurso não escapa de atravessamentos das esferas social, política e ideológica. Sendo, pois, sempre o discurso relacionado a/proferido por um sujeito, não há como o discurso do sujeito da ciência não ser, também, preenchido por atravessamentos:

> [...] pensamos que as grandes descobertas científicas não podem evitar passar pela fase a que chamaremos de uma *"teoria" descritiva.* Fase essa que seria a primeira fase de toda a teoria, pelo menos no domínio' que nos ocupa (o da ciência das formações sociais). Como tal, poder-se-ia – e segundo cremos deve-se até – encarar esta fase como uma fase transitória, necessária ao desenvolvimento da teoria (ALTHUSSER, 1970, p. 33, itálico do autor).

O discurso do sujeito da ciência, portanto, de acordo com Althusser (1970), constitui um processo maior, que se inicia pela descrição teórica. Entendo, assim, a

descrição como uma aproximação inicial, uma fase mesmo, necessária ao cientista, para que desenvolva as questões que lhe são pertinentes, de modo que, em se tratando de ciência, não há descobertas infundadas ou revelações repentinas; há, sim, um trajeto de leituras, de escrituras, de discussões, de adequações, dentre outras desse caráter.

O que se tem, então, é um discurso gerido por um sujeito que não pode deixar de se assujeitar às condições de produção do seu discurso, sendo essas – inevitavelmente – também costuradas de historicidade. Já afirmou Henry (2014, p. 45) que "[...] na medida em que se considera que a ciência implica falseabilidade e reprodutividade, então se deve convir que as ciências humanas só podem existir enquanto ciências porque a história não se constitui por si mesma". O sujeito da ciência produz um discurso falseado, sendo essa uma tomada de posição por ser uma representação possível e/ou uma reprodução passível.

Nesse sentido, entendo que considerar que a história não se constrói por si mesma implica também que não é só o discurso que a constitui – e nem poderia assim ser –, uma vez que o discurso será sempre uma tomada de posição do sujeito, com os atravessamentos da exterioridade, a partir de uma (re)organização de saberes e de dizeres já-ditos. Partindo, então, da ideia de que uma das condições para a história é o discurso, percebo que, sendo sempre uma tomada de posição do sujeito, a história também pode estar sujeita aos equívocos do discurso. Os discursos convocam-se e a produção de conhecimento, nesse âmbito, não escapa desses atravessamentos.

2.2. A CIÊNCIA (NA) LINGUÍSTICA: REFLEXÕES SOBRE TÉCNICA E PRÁTICA

> O percurso de Pêcheux deslocou alguma coisa. De uma ponta à outra, o que ele teorizou sob o nome de "discurso" é o apelo de algumas ideias tão simples quanto insuportáveis: o sujeito não é a fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre (MALDIDIER, 2003, p. 96).

Apresento, nesta parte do trabalho, alguns apontamentos acerca das questões específicas sobre técnica e prática que me conduzem a refletir sobre a produção de conhecimento linguístico, o sujeito e a língua. É neste momento que toco mais de perto as questões mobilizadas por Pêcheux, quando versa sobre a produção de conhecimento, sendo esse um ponto de partida possível que o autor elegeu para iniciar suas reflexões. São fundamentais para a discussão, dentre outras, as noções de sujeito, discurso, ideologia e condições de produção.

O que não deixo de considerar, entretanto, é que o pensamento que marca muitas das discussões empreendidas no campo das ciências seria a busca por uma objetividade no discurso do sujeito da ciência: é essa perspectiva que venho buscando desconstruir, embora, no saber comum, permaneça ainda como a "única verdade". A Ciência (na) Linguística, nesse âmbito, acaba por sofrer as imposições teóricas em voga; no entanto, resulta em uma profusão de saberes que clamam por uma outra voz possível, na medida em que a produção de conhecimento advém de uma tomada de posição do sujeito frente à língua e à teoria.

A objetividade a que remeto e a qual questiono – faz-se importante definir – não é aquela relativa ao objeto, mas a que pode ser percebida na língua em (dis)curso enquanto materialidade na qual o sujeito inscreve-se para significar e produzir sentido. São as marcas na língua que significam a objetividade enquanto desenvolvimento de uma escrita clara, concisa e impessoal, por exemplo, quando o sujeito do discurso opta pela primeira pessoa do plural em detrimento da primeira pessoa do singular ou quando evita repetições e prima por uma abordagem direta do assunto. Buscando atribuir à objetividade algumas possibilidades de sentido, recorro ao **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**[9], que me indica: "1. qualidade do que é objetivo. 2. existência real daquilo que se concebeu no espírito; existência dos objetos fora do eu. 3. perfeição do estilo, do desenho, da execução de uma obra, independentemente do caráter ou índole do respectivo artista".

Em meu entendimento, ao distanciar o discurso enquanto produção de conhecimento de uma linguagem objetiva, estou reforçando a questão de que o discurso é produzido sempre por um sujeito e, por isso, esse sujeito – enquanto resultado de um processo social e constitutivamente atravessado pela exterioridade – inevitavelmente vai apresentar em seu discurso algumas marcas linguísticas.

---

[9] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

Defendo a possibilidade de que um discurso acadêmico – como o desta dissertação, por exemplo – seja escrito em primeira pessoa do singular, sem que isso o desqualifique como tal. O fato de eu dizer “eu”, em meu discurso de dissertação, não impede que meu estudo proponha-se enquanto um discurso acadêmico, pois, ainda que eu optasse pela terceira pessoa do plural – o plural de modéstia, por exemplo – este trabalho continuaria sendo produzido por um sujeito historicamente assujeitado à língua e à teoria a qual remete, bem como permaneceria, de igual forma, sendo dotado de um inconsciente, interpelado pelas Formações Ideológicas e inscrito em dadas Formações Discursivas. Assim sendo, as marcas da subjetividade na língua não significam dar mais ou menos objetividade a um discurso, porque o sujeito está na constituição do discurso e se marca em cada escolha de cada palavra que constrói o texto por ele produzido. Há efeitos de sentido em funcionamento, mas, se as perguntas forem alteradas, haverá diferentes respostas. Língua e discurso estão em relação e as marcas linguísticas, portanto, não podem ser analisadas isoladamente, porque funcionam em relação à exterioridade e ao momento sócio-histórico de sua produção, fazendo sentido, estando sempre abertas a outras interpretações.

Considerar a produção de conhecimento pelo sujeito, na sua relação com o viés materialista do discurso, encaminha a reflexão sobre o que vem a ser um corte epistemológico enquanto “trabalho do impensado no pensamento”, de acordo com o que propôs Pêcheux ([1975] 2009, p. 176), noção que, depois, vai ser reformulada, pois o autor passa a tratar da ideia de corte continuado. Entendo que, nesse processo, os dizeres já-ditos – que são fundamentais para a manutenção do saber – reorganizam-se de maneira que promovam uma ruptura nas ideias já estabelecidas. É, porém, só por meio da forma-sujeito do discurso, que reorganiza o conhecimento propondo um novo ponto de vista, que se tem uma outra/nova tomada de posição frente aos discursos já-ditos.

Já que “o momento histórico do corte que inaugura uma ciência dada é acompanhado necessariamente de um questionamento da forma sujeito e da *evidência do sentido* que nela se acha incluída” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 175, itálico do autor), entendo que se faz necessária uma interrogação inicial motivadora, que levará o sujeito do discurso a desconstruir evidências, buscar respostas/caminhos/saídas para o que se propõe a “solucionar”. Essa ilusão de poder resolver problemas de maneira permanente e, da mesma maneira, de poder

controlar sentidos, é inerente à produção de conhecimento, considerando que é uma motivação inicial que encaminha a possíveis respostas e, em uma via de mão dupla, sugere também novas perguntas, ou seja, o que percebo é que a solução de problemas engendra outros problemas. É a pergunta que move o sujeito da ciência a discursivizar, mobilizar sentidos e a produzir conhecimento.

Desestabilizam-se os saberes e introduzem-se novas possibilidades teórico-discursivas por meio de um efeito de verdade frente ao impensado. Esse efeito, trazido por Pêcheux para destacar que, dentre outras questões, a verdade pode apresentar significados distintos para sujeitos distintos, permite apreender que o sentido pode sempre ser outro, já que é inevitavelmente atravessado pelas condições de produção do sujeito que o (re)produz.

A ideia teórica que Pêcheux ([1975] 2009) vem a problematizar quando propõe o corte epistemológico é a da objetividade científica que acredita ter garantia na língua, na técnica e na metodologia de pesquisa: ainda que o processo de produção de conhecimento não apresente um sujeito determinado, há – sempre – uma tomada de posição do sujeito frente às possibilidades do discurso e dos saberes que ele mobiliza. É por meio de uma tomada de posição que o sujeito considera/desconsidera, concorda/discorda, critica/aceita um saber.

O processo de produção de conhecimento, de acordo com Pêcheux e Balibar (1971), se efetua após um processo de acumulação dos já-ditos, perfazendo o “tempo de formação da conjuntura em que se produzirá o corte” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p. 13). Sendo assim, faz-se necessário que se discuta, repita, negue e/ou problematize um saber até que se promova um deslocamento das ideias teóricas historicamente definidas, de modo a romper com os dizeres até então ditos.

É fundamental, entretanto, considerar que “o conceito de corte nada tem a ver com o projeto voluntarista de efetuar, na ciência, um ‘salto’ fora da ideologia, nem com a conotação religiosa que inevitavelmente se liga a este projeto e os impossíveis ‘heróis da ciência’ que ele implica” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p. 14). O que se entende é que não é “qualquer” ruptura que pode ser tomada enquanto corte, mas ela faz parte de um processo maior que visa ao novo/o diferente/o outro e que produz sentidos, reintroduzindo-se no fio do discurso por meio de um corte continuado.

O corte é continuado porque, logo após interromper a relação de sentidos que, até então, parecia estável/segura, ele reestabelece vínculos de sentidos que

podem ser percebidos por meio do fio do discurso. Os sentidos podem ser diversos, mas não quaisquer uns, fato que admite, nesse âmbito, que o sujeito também possa assumir diferentes posições frente ao discurso, mas não qualquer uma. Faz-se necessário que haja o reestabelecimento do vínculo de significação e a (re)inscrição de outra rede de memória, pois, do contrário, o sujeito do discurso da ciência não produz sentido e não reproduz conhecimento.

Em se tratando do ponto de vista teórico, confiro atenção especial aos artigos *Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social* (HERBERT, [1966] 2012) e *Observações para uma teoria geral das ideologias* (HERBERT, [1967] 1995). Esses correspondem, em meu entendimento, a trabalhos fundadores de um lugar para os estudos do discurso no campo da Ciência Linguística. Ademais, são textos que Michel Pêcheux publicou sob o pseudônimo de Thomas Herbert, já que constituem um momento de formação da teoria pecheuxtiana e da própria formulação do discurso pecheuxtiano. Nesse mesmo sentido, ressalto também que apresento, nesta parte, as minhas reflexões sobre dois artigos de Pêcheux ainda pouco trabalhados no Brasil, muito possivelmente por se encontrarem em Língua Francesa. Toco de perto as noções mobilizadas em *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967) e em *Vers une technique d'Analyse du Discours* (PÊCHEUX, 1968).

Partindo desses textos em específico, apresento, a seguir – e separadamente –, algumas reflexões, sendo cada uma delas intitulada com uma citação que considero importante para o entendimento do que Pêcheux propõe-se a discutir sobre a produção de conhecimento na Linguística. São conceitos de/sobre ideologia, ciência, condições de produção e o próprio discurso que vão se complementando e (re)significando na medida em que são colocados em discussão.

[...] “a ideologia aparece, de início, como um subproduto da prática técnica” [...][10]

Pensar o/sobre o discurso do sujeito da ciência requer que se considere a prática científica, definida por Pêcheux como aquela que se dá a partir de uma matéria (ideológica) a ser trabalhada/transformada e de um instrumento de trabalho, resultando em um sistema de conceitos articulados. Nas palavras do autor, há a “transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado. O desligamento da teoria em relação à ideologia constitui o ‘corte epistemológico’” (HERBERT, [1966] 2012, p. 25). Produzir conhecimento, nesse domínio, requer um deslocamento que, até então, era classificado pelo autor como um desligamento de todo o dizer já-dito.

Romper com o que até então se tem como “conhecido” e “sabido” parece, em um primeiro momento de reflexão, um dos motes da ciência enquanto produção de conhecimento. Espera-se que a ciência produza, sempre, algo inovador para a sociedade. E, unida a essa “esperança” de inovação já instituída à ciência, está outra sua característica também estabelecida pelo saber comum e ordinário, a saber: a ciência precisa produzir objetos “palpáveis”, bens duráveis que, de alguma maneira, tornem a vida em sociedade (ilusoriamente) cada vez mais confortável.

Essa ideia de corte como rompimento, porém, deve ser lida criticamente e com a devida atenção, pois esse é um conceito a ser revisto por Pêcheux em seus trabalhos seguintes. Os anos 1960 são um momento de constituição da teoria do discurso, e esse fato reforça-se com a própria revisão da ideia de corte. Necessário se faz considerar que o discurso teórico precisa de reflexão, precisa ser problematizado, comparado, lido e relido, a fim de mobilizar sentidos a partir desse movimento de ideias teóricas, e que, assim sendo, a produção de conhecimento não se dá de forma estagnada e pronta, pois é uma construção sustentada pela prática técnica.

São as “ruminações” das quais fala Fenoglio (2013, p. 41), uma vez que o sujeito precisa mesmo trabalhar a ideia teórica, mastigando-a repetidas vezes, utilizando-se delas diversas vezes, em um ir e vir. O sujeito consome as teorias de

[10] Herbert ([1966] 2012, p. 28).

modo a nutrir-se delas e também constituir-se por elas e, nessa esteira, trabalha mesmo para construir e/ou desconstruir saberes e produzir conhecimento.

Recuperando o que afirma Althusser (1976), infiro que o momento de “crise” na ciência é fundamental para a produção de conhecimento. Na medida em que é a partir de um novo problema – dentre os problemas teóricos existentes –, não resolvido com os elementos teóricos disponíveis, que o sujeito motiva-se a buscar novas soluções, novas respostas. Tal crise, entendida a partir de Althusser (1976), se dá em situações particulares e age no sentido de revelar o que, até então, parece desconhecido. Seria essa crise que promoveria, ainda, o desenvolvimento de uma “filosofia espontânea dos cientistas” (ALTHUSSER, 1976, p. 95), inseparável da prática científica, uma vez que se realiza na função mesma de discutir e problematizar os dizeres já-ditos e estabilizados enquanto conhecimento.

A filosofia espontânea dos cientistas é entendida, portanto, não como “o conjunto das ideias que os cientistas têm sobre o mundo (isto é, sua ‘concepção de mundo’) mas apenas as ideias que têm na cabeça (conscientes ou não) que dizem respeito à prática científica e à ciência” (ALTHUSSER, 1976, p. 127). Sendo assim, a filosofia espontânea dos cientistas pode ser compreendida como uma motivação inicial que encaminha para um novo lugar de reflexão sobre os saberes já existentes e até então mobilizados. Ora, é a própria movimentação e retomada de sentidos por meio do discurso que permitiria, a meu ver, o estabelecimento de uma ruptura com os já-ditos; se considerar-se que, quando discursiviza, o sujeito utiliza-se de saberes estabilizados – sem deixar de ser atravessado pelas condições de produção do seu discurso – e atualiza o seu dizer.

A prática científica, advinda do conceito inicial de prática, ou seja, de um “processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados” (HERBERT, [1966] 2012, p. 24), promove um deslocamento no saber que até então estava estabilizado para o/pelo sujeito. Assim sendo, é preciso concordar com Althusser quando diz que não há prática sem sujeito e, portanto, que não há como desvincular o sujeito da Formação Ideológica que regula as diferentes combinações que ele é interpelado a realizar para responder às demandas da sociedade.

Tomando a prática científica enquanto “ideologia técnica”, ou seja, como aquela que visa “manter um discurso objetivo sobre a realidade” (MACHEREY,

2015, p. 11), entendo a problemática que essa prática propõe-se a “resolver”, já que ela traz em si a necessidade de preencher as brechas, os vazios, propondo respostas técnicas a uma demanda social. Recupero a ideia de que “a ideologia aparece, de início, como um subproduto da prática técnica” (HERBERT, [1966] 2012, p. 28), porque essa prática compreende uma matéria-prima, um instrumento e um trabalho humano, bem como um produto técnico obtido. Nesse sentido, a ideologia aparece de início, porque depois ela se dissolve no interior do processo, ou seja, não se pode separar/localizar a ideologia, ela não está em um lugar estático do discurso: está em tudo e em lugar nenhum. Quanto a isso, entendo também a partir de Petri (2010) que a ideologia trabalha com mais força, justamente, onde aparenta não estar funcionando.

O sujeito, por si só, enquanto interpelado em produtor de discurso(s) e, mais especificamente, enquanto interpelado em produtor do discurso da ciência, carrega permanentemente a ilusão de preencher todos os vazios, desfazer tudo o que lhe parece confuso ou ininteligível enquanto ideias teóricas, na sua busca incessante por controlar os sentidos em voga. Os sentidos mascaram-se em evidências e transparências, e o sujeito movimenta-se nesse jogo discursivo atravessado pela ideologia. Instala-se, aí, um embate entre ideologia e ciência, em que o sujeito desloca-se duplamente para produzir conhecimento: deslocando os sentidos estabilizados e, também, deslocando-se daquilo que é esperado dele enquanto sujeito.

Ora, essa é uma característica do sujeito e, eu diria, um trabalho ideológico, em se considerando que, quando busca o controle dos sentidos, o sujeito está fazendo a manutenção da ideologia dominante. Sendo que “o ideológico é qualquer coisa que tem relação com a prática e a sociedade. O científico é qualquer coisa que tem relação com o conhecimento e as ciências” (ALTRUSSER, 1976, p. 63). Construindo e desconstruindo incessantemente o campo das certezas e da estabilidade dos sentidos, o científico, então, possibilita o discernimento entre ciência e ideologia.

Sendo assim, reforça-se a estrutura externa da técnica, uma vez que é a prática social que estabelece as suas demandas, embora isso não signifique que a ideologia seja limitada. De acordo com Macherey (2015, p. 09), a ideologia técnica é “livre” e “constantemente conduzida às condições da demanda para a qual ela formula respostas, verbalizando-as, respostas que são, elas próprias, demandas que

recorrem a novas respostas, e assim por diante até o infinito". Diante disso, depreende-se a presença de uma ampla dimensão da técnica ao se propor um discurso sobre as coisas do mundo.

É a partir do exposto que recorro ao conceito de "ruminação" trabalhado por Fenoglio (2013), já que compreendo a instância de um processo de transformação e/ou deslocamento de saberes estabilizados a partir de um ir e vir da teoria. A "ruminação" faz parte desse processo quando entende-se que: 1) ela se dá não só no movimento em que o sujeito retoma os seus escritos e (re)constrói os seus dizeres, mas também quando 2) o sujeito faz leituras e releituras do texto do outro e promove um movimento nos saberes que até então lhe pareciam estabilizados. Esses são, portanto, dois movimentos possíveis à produção de conhecimento que demonstram-na como em movimento constante tanto externo ao sujeito e aos seus conhecimentos quanto interno a ele no momento em que diz, rediz e desdiz a partir do que havia dito antes, e os questionamentos iniciais vão engendrando outros a medida em que o estudo desenvolve-se.

Apreendo que a produção de conhecimento constitui, ela mesma, uma relação de imbricamento dos saberes do sujeito da ciência, sendo que os sentidos mobilizados carregarão em si o processo de formulação como um lugar de possibilidades. Sendo assim, cabe ao sujeito mobilizar o conhecimento científico de modo a afastar-se do conhecimento ideológico – que trabalha justamente para que os sentidos sejam sempre estáveis, neutros e transparentes.

Considerando a formulação enquanto discursivização, ou seja, enquanto discurso em movimento que possibilita o movimento de sentidos, percebo a sua importância, uma vez que é tomando uma posição frente à língua e à teoria que o sujeito produz conhecimento e pode desestabilizar e problematizar os saberes de modo a alertar(-se) para a opacidade da língua. A "ruminação", por sua vez, é aqui entendida sob condições bem específicas, como resultado do discurso em movimento que possibilita a atualização do dizer, mas que não parte de mera repetição, uma vez que essas são fases necessárias ao desenvolvimento da teoria.

Compreendo, a partir do trabalho de Herbert ([1966] 2012) quando considera as relações estabelecidas entre a ideologia e a prática técnica, que a Ciência (na) Linguística e o sujeito da ciência apresentam a ideologia como um produto. Proposição que avulta a questão da ideologia e que busca localizá-la (no produto/ na

origem/ no fim/ no início); ideia que, depois, acaba dissolvendo-se, uma vez que a ideologia permeia todo o processo.

[...] "toda a ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca" [...][11]

No artigo *Observações para uma Teoria Geral das Ideologias* (HERBERT, [1967] 1995), há diversas contribuições acerca não só do discurso e da ideologia, mas também sobre a sua relação com a ciência e a política enquanto práticas metafóricas e metonímicas. De acordo com o autor, "toda a ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual ela se destaca" (HERBERT, [1967] 1995, p. 64), sendo as ideologias de "tipo A" e de "tipo B" as que, respectivamente, constituem o *processo de produção* de conhecimento e as *relações sociais de produção* de conhecimento.

As ideologias de "tipo A", nesse sentido, são aquelas relacionadas à prática técnica, ou seja, são aquelas que se utilizam de objetos/ferramentas/instrumentos produzidos para satisfazer necessidades. Já as ideologias de "tipo B" são aquelas que constituem a prática política, e o seu objeto são as relações sociais entre os homens; sendo assim, elas respondem a uma demanda social, conferindo interpretações aos já-ditos: o seu instrumento é, portanto, o discurso. Considera-se, então, não a ideologia, mas as ideologias, sendo que:

> [...] deve-se acrescentar que, na realidade, essas duas formas nunca funcionam de maneira independente uma da outra, mas no âmbito de complexos ideológicos em que uma ou outra ocupa uma posição dominante, seguindo uma dosagem exposta para ser permanentemente renegociada, num contexto em que nunca temos que lidar com a teoria pura nem com a prática pura, mas com misturas teórico-práticas tomadas na tensão entre esses dois polos entre os quais realizam um equilíbrio mais ou menos estável ou precário (MACHEREY, 2015, p. 11).

A partir disso, infiro que o conhecimento se constrói: o saber não surge, portanto, como uma mágica ou de uma criação instantânea do sujeito, pois, se assim o fosse, dificilmente o sujeito da ciência conseguiria relacionar e relacionar-se

[11] Herbert ([1967] 1995, p. 64).

em meio aos conhecimentos já-ditos. Seria como admitir que teorias não são desenvolvidas através de estudo, observação e problematização, mas sim por uma iluminação ou, talvez, uma intervenção sobrenatural (divina/diabólica?). Prefiro e busco demonstrar o entendimento de que os conhecimentos têm uma historicidade própria e uma relação com as suas condições de produção; fato esse que não limita as possibilidades de produção de sentido, mas que, ao contrário, busca um equilíbrio entre a teoria e a prática.

Desse modo, acrescento, ainda, que as ideologias de "tipo A", pela sua – já mencionada – característica de referirem-se a uma realidade externa, substituem sinonímias contextuais, utilizando-se, para isso, de metáforas – deslizamentos de sentido –, sendo o efeito metafórico tomado, a partir de Pêcheux ([1969] 2014, p. 96), como "o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse 'deslizamento de sentido' entre x e y é constitutivo do 'sentido' designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos 'naturais' [...]". Por outro lado, as ideologias de "tipo B", que se referem ao seu real (interno ao discurso), conectam significantes entre si por meio de metonímias. Isso permite inferir que "as ideologias de tipo 'A' esvaziam a questão do sujeito [...], enquanto as ideologias de tipo 'B' estão limitadas à necessidade de efetuar uma posição de sujeito" (MACHEREY, 2015, p. 11).

Essa "divisão" das ideologias, válida em um primeiro momento de constituição da teoria da Ciência (na) Linguística, acaba se dissolvendo a partir do desenvolvimento das discussões promovidas por Pêcheux. Em meu entendimento, a problemática engendra a própria questão de tentar localizar a ideologia e/ou em defini-la em x, y ou z. A ideologia é constitutiva do sujeito e dos sentidos por ele mobilizados, e o discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística é afetado pelas condições de produção: esse é um conceito possível, a partir do que Pêcheux, em 1975, vem a discutir na obra **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**.

Considerando, então, a questão da ideologia como fundamental para a constituição das Ciências Sociais, o que me interpela é o fato de que entram em jogo, nessa reflexão, as noções de função e de funcionamento (PÊCHEUX, [1969] 2014) por constituírem, justamente, um deslocamento importante: passa-se a conceber a produção de conhecimento, por exemplo, não como uma instituição dada – com teorias e instrumentos dados –, mas como um processo em plena

formulação/elaboração/construção. Sendo assim, constitui-se um outro lugar para a produção de conhecimento, uma vez que as circunstâncias históricas, políticas e sociais passam a atravessar os sentidos possíveis e a afetá-los enquanto espaço passível de questionamentos/problematizações/reflexões.

É por tudo isso que entendo a possibilidade de o discurso do sujeito da ciência ter essa dupla característica, de que, ao mesmo tempo em que não deve depender do sujeito que discursiviza, também não deve ser totalmente descolado de uma formação ideológica, já que um discurso será sempre discurso de um sujeito. As palavras de Althusser e Badiou (1979) também me auxiliam a compreender tal questão:

> Sabemos que o conhecimento, que em seu sentido mais geral é o conhecimento científico, não nasce nem se desenvolve em um compartimento fechado, protegido por não se sabe qual milagre de todas as influências do meio ambiente. Entre essas influências estão as sociais e políticas que podem intervir diretamente na vida das ciências, comprometer gravemente o curso de seu desenvolvimento e até ameaçar sua existência. Mas existem influências menos visíveis, igualmente perniciosas e inclusive mais perigosas, pois passam despercebidas: são as influências ideológicas (ALTHUSSER; BADIOU, 1979, p. 53).

A reflexão de que a produção de conhecimento – enquanto discurso – científico não se dá em um compartimento fechado, mas que é, a todo o momento, atravessada pelas influências sociais e políticas, não foge ao fato de que ela é, em sua essência, ainda e sempre a produção de um discurso. Nesse viés, como um desdobramento ou uma possibilidade de discurso(s), é por meio de um “fio de discurso” que o discurso do sujeito da ciência está/fica atrelado aos efeitos de unidade e de completude que um discurso pode/deve apresentar.

As influências ideológicas, anteriormente citadas (HERBERT, [1967] 1995), perfazem, também, uma noção fundamental para a apreensão do sujeito, dos sentidos e das próprias condições de produção do discurso da ciência. Elas não se apresentam, porém, de forma explícita; pelo contrário, conforme afirmam Althusser e Badiou (1979), estão em funcionamento onde mesmo são menos percebidas. Elas trabalham por um efeito de neutralidade e de evidência do sentido, necessário para a caracterização de um discurso dito como “objetivo”, como é o caso do científico.

Nesse âmbito, entendo, inicialmente, que não há discurso da ciência, mas o discurso do sujeito da ciência, “porque todo discurso é discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 182); depois disso, percebo que há um fio de discurso

que atravessa esse sujeito menos subjetivo e, portanto, menos objetivo que aquele sujeito idealizado frequentemente na ciência. Assim sendo, o discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística não pode nem surgir em/de um compartimento fechado, nem desenvolver-se sem atravessamentos, uma vez que é também pelo já-dito, não-dito e pela atualização do dizer que o conhecimento se constitui e que realiza a produção de sentido.

Em busca de definições, reflito não só sobre a noção de “corte epistemológico”, mas também sobre como relacioná-lo com a constituição de uma ciência. Nas palavras de Pêcheux e Balibar (1971, p. 11), “[...] chamaremos de corte epistemológico o ponto ‘sem regresso’ (segundo a expressão de F. Regnault) a partir do qual esta ciência começa”. Seria o corte epistemológico, portanto, uma ruptura fundamental com os conceitos mobilizados por determinado campo do conhecimento, a fim de que tenha início uma ciência; sendo, pois, necessário que haja um deslocamento frente ao que, até determinado momento, era tido como noção estabelecida/estável/dada. Não se perde de vista que, logo após o corte epistemológico, as ideias teóricas voltam a se alinhar ao fio do discurso, de modo a reestabelecer relações com o já-dito em funcionamento no discurso antes do corte.

Os autores recém referidos partem de um ponto histórico bem específico, que são os trabalhos de Galileu acerca da queda dos corpos, considerando, a partir deles, que “de fato torna-se impossível retomar as noções físicas e cosmológicas aristotélicas e escolásticas” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p. 11). Porém, não deixam de afirmar que “a elaboração dos conceitos físicos (velocidade instantânea, aceleração) e matemáticos (cálculo infinitesimal) que exige a própria exposição dos enunciados ‘dinâmicos’ de Galileu, torna-se de fato necessária” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p. 11). Com base nessas reflexões, constato que, ainda que tenha havido um corte epistemológico, uma ruptura com o que “veio antes” – e uma possível mudança em tudo que viria depois –, quando Galileu compartilhou seus estudos sobre a queda dos corpos e esses foram comprovados, alguns estudos exigiram a recuperação do que Galileu trazia antes do corte. E uma coisa não exclui a outra.

Sobre o corte epistemológico ser considerado uma ruptura com tudo o que veio antes, um ponto sem regresso, os autores fazem a ressalva de que essa é uma tomada de posição frente às discussões das correntes “continuísta” e “descontinuísta”, presentes na história das ciências, sendo a corrente descontinuísta

a que mais tem afinidade com a ideia de corte, porque o saber não tem um desenvolvimento contínuo. De acordo com Pêcheux e Balibar (1971, p. 12), “a posição descontinuísta recusa a noção de ‘saber’ como desenvolvimento contínuo do ‘conhecimento comum’ ao ‘conhecimento científico’, da aurora da ciência à ciência moderna”. Entendo, assim, que não se deve buscar uma origem para um conhecimento e, a partir dela, tentar explicá-lo cientificamente; pelo contrário, considerando um conhecimento já dado, tomo como necessário saber que há a possibilidade de deslocá-lo, rompê-lo e constituir uma nova gama de discussões.

Nesse viés, compreendendo, então, que uma ciência se forma a partir de um corte que rompe com os conhecimentos até então estabelecidos, supondo que não há uma continuidade do saber, mas um deslocamento “para um novo espaço de problemas” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p. 12), os autores introduzem a noção de “demarcações” no discurso, ou seja, “os aperfeiçoamentos, correções, críticas, refutações, negações de certas ideologias ou filosofias que precedem logicamente o corte epistemológico da física” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p. 12). Dessa forma, constato a importância de discutir – concordando e repetindo ou discordando e deslocando – a teoria, pois isso faz parte do processo que antecede o corte. É a exterioridade atravessando o discurso do sujeito da ciência que permite o estabelecimento do corte epistemológico; exterioridade essa inevitavelmente atravessada pelas bases econômica, jurídica, religiosa e política que, condensadas, determinam as “condições históricas do corte” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p. 12).

Quando Pêcheux reflete acerca do efeito do corte galilaico na Física – sendo uma tomada de posição desse autor a de colocar a Física em relação às teorias da linguagem e do discurso, problematizando e levantando algumas questões, para mim, relevantes –, ele afirma que “a física e os ramos que lhe são conexos, incluindo a química, encontram historicamente o seu domínio de aplicação na *transformação dos instrumentos de trabalho (meios de produção) postos em jogo no processo de produção econômico”* (PÊCHEUX, 1971, p. 50, itálico do autor). Sendo assim, entendo que a Física, na época, considerando a eletricidade e o magnetismo, investe no desenvolvimento de instrumentos como a bússola e a balança, por exemplo, de modo a conferir meios de se realizarem as práticas.

Já no que tange à Biologia, Pêcheux (1971) propõe que ela “encontra o seu [domínio de aplicação] na prática da medicina, enquanto *manutenção e adaptação da força de trabalho* que se combina com o instrumento de trabalho no processo de

produção econômica” (PÊCHEUX, 1971, p. 50, itálico do autor). Dessa proposição, apreende-se que a Biologia constitui-se pela prática e que, portanto, ela depende do sujeito para aplicá-la, bem como para aplicar seus instrumentos. Essa relação necessária do sujeito com a prática faz emergir a questão de que as formações ideológicas desse sujeito “intervêm na Biologia de tal maneira que *não são pura e simplesmente postas fora de jogo* pela produção científica dos conceitos; daí resulta uma *vulnerabilidade específica da Biologia* quanto à exploração que as diferentes concepções do mundo podem exercer sobre ela” (PÊCHEUX, 1971, p. 47, itálico do autor).

Mais uma colocação teórica de Pêcheux faz-se fundamental, em minha concepção: quando esse autor toma a Biologia como ponto de observação, mostrando-a como um caso à parte, uma vez que as demarcações no seu discurso, ou seja, as discussões por ela empreendidas, bem como as críticas e/ou as refutações propostas pelos seus estudiosos, estão sempre sendo traçadas e atualizadas, já que os sujeitos estão constantemente desenvolvendo a sua prática e, também, sendo atravessados pelos elementos da exterioridade (tais como a ideologia, a política, a legislação e a religião, por exemplo). Tal situação apresenta-se similar à da Física, como afirma Pêcheux (1971), no que tange à ciência em relação às concepções de mundo dos sujeitos que a constitui.

Para Pêcheux (1971), portanto, estabelece-se “o problema da relação entre as várias disciplinas científicas, que só pode ser resolvido com a condição de fazer intervir um *deslocamento da tônica*, pelo qual a prática que domina a relação entre as várias disciplinas se torna a prática da aplicação” (PÊCHEUX, 1971, p. 50, itálico do autor). Deslocam-se, então, os saberes já estabelecidos e rompe-se com os já-ditos em nome da aplicação da ciência no processo de produção econômica.

Esses discursos que aqui foram por mim recuperados imbricam-se e, em meu entendimento, somam-se às ideias teóricas sobre a ciência e o sujeito da Ciência (na) Linguística, justamente, por revisitarem a questão da ideologia. Pêcheux inicia separando a ideologia em duas: as de “tipo A” e as de “tipo B” (HERBERT, [1967] 1995) – a primeira constituindo o processo de produção de conhecimento e, a segunda, as relações sociais de produção de conhecimento – e, acaba, em meu entendimento, por fundir tais ideologias em uma só, na medida em que a própria noção de funcionamento produz sentidos na produção de discurso(s).

Ao trazer à baila as reflexões promovidas não só por Macherey (2015), mas também pelo próprio Pêcheux (1971) – e, na mesma obra, por Pêcheux e Balibar (1971) –, infiro que se propõe um deslocamento no que, até então, era tido como verdade: a ciência deixa de ser pensada enquanto uma criação e/ou uma revelação do sujeito para ser vista como um processo social, histórico e ideológico no qual o sujeito estabelece relações (interdiscursivas/ interpretativas) com a realidade. Rebatendo, nesse ínterim, também, a ideia de uma objetividade científica, já que se passa a considerar o papel do sujeito como produtor de conhecimento, sendo isso percebido e marcado no seu discurso.

"L'unité d'analyse n'apparait plus comme étant le text mais le discours, lequel correspond à un ensemble déterminé de conditions de production"[12]

Na teoria do discurso, estudada por mim a partir de Pêcheux, só há sujeito(s) porque há discurso(s) e, assim, só há sentido porque há discurso(s). É a busca por sentidos (possíveis e não "únicos") que permite avaliar que o discurso é um "'efeito de sentidos' entre os pontos A e B" (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 81); e, portanto, por ser esse "efeito" é que cada sujeito significa e significa-se a partir das condições histórico-ideológicas nas quais está inscrito. Os vieses ideológico e político do discurso permitem entendê-lo como uma possibilidade: enquanto linguagem, também "serve para comunicar e para não comunicar" (ORLANDI, 2009, p. 21).

Os efeitos de sentido que cada sujeito relaciona a um discurso científico (ou não) são sempre uma tomada de posição. Nesse ponto, não é só quem discursiviza que produz sentido, mas também quem ouve/lê/considera um discurso em questão, pois, como já afirmou Pêcheux ([1975] 2009):

> Na verdade, todo "ponto de vista" é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real, uma visão ou uma construção que representasse o real (um "modelo" do real): uma ciência é o real sob a modalidade de sua necessidade-pensada, de modo que o real de que tratam as ciências *não é senão* o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade "cega" da ideologia (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 168, itálico do autor).

[12] Tradução minha: "A unidade de análise não aparece mais como sendo o texto, mas o discurso, o qual corresponde a um conjunto determinado de condições de produção" (PÊCHEUX, 1967, p. 211).

Por suas palavras, portanto, Pêcheux ([1975] 2009) destaca a importância de considerar a tomada de posição do sujeito (da/na ciência ou fora dela) frente à língua, ao discurso e à ideologia como uma representação. O sujeito não escapa disso: a todo o momento, representa e é representado; toma partido; defende; problematiza e/ou assujeita-se; estabelece, enfim, uma relação com o real que se lhe apresenta como verdade. A ideologia, por essas reflexões, é que faz ver um discurso sob determinado ponto de vista e não outro, sem que – para isso, necessariamente – o sujeito perceba que o que se impõe como verdade constitui, ainda e sempre, uma reprodução.

São as condições de produção sócio-históricas, pelas circunstâncias aqui discutidas, um elemento fundamental para a apreensão de um discurso: não há como desconsiderar isso. Um discurso, ao ser proferido por um sujeito, é, por sua vez, afetado pelas formações discursivas que constituem não só quem "fala"/"escreve", mas também quem "ouve"/"lê", sendo o sujeito sempre afetado pelas formações ideológicas e pela luta de classes que o determinam. Pela posição que ocupa, ele não tem como fugir disso[13]:

> *En étudiant la question du rapport entre conditions de production et contenu des énoncés, on pose les problèmes théoriques fondamentaux de l'analyse de contenu. L'unité d'analyse n'apparait plus comme étant le texte mais le discours, lequel correspond à un ensemble déterminé de conditions de production. On est ainsi conduit à réviser la conception des instruments d'analyse*[14] (PÊCHEUX, 1967, p. 211).

Quando Pêcheux (1967) versa a propósito das diferenças entre a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso, destacando que há – em geral – um conjunto de condições de produção que afetam e que constituem o discurso e os sentidos aí imbricados, o autor propõe, com isso, a consideração da categoria de sujeito – com um papel fundamental na significação – para figurar nesse espaço. Correspondendo a determinadas condições sócio-históricas de produção, o discurso tem seu

---

[13] No que se refere às citações em Língua Francesa, considero importante explicitar que o meu critério foi mantê-las em sua língua original ao longo do texto e apresentar as suas respectivas traduções para a Língua Portuguesa em notas de rodapé, uma vez que a própria tradução já confere uma tomada de posição do sujeito frente à língua.

[14] Tradução minha: Estudando a questão da relação entre condições de produção e conteúdo dos enunciados, nós colocamos os problemas teóricos fundamentais da análise de conteúdo. A unidade de análise não aparece mais como sendo o texto, mas o discurso, o qual corresponde a um conjunto determinado de condições de produção. Nós somos assim conduzidos a revisar a concepção dos instrumentos de análise.

funcionamento sempre atravessado pelas circunstâncias que envolvem o sujeito no momento de produção do discurso.

O texto, por outro lado, seria esse “lugar” fechado, com princípio e fins localizáveis, que tem uniformidade e que pode ser atribuído a um autor. Segundo Orlandi (2012, p. 16-17), o texto “é a unidade fundamental da linguagem, quando pensamos seu funcionamento, o fato de que ela faz sentido. Unidade imaginária que tem no autor sua pedra de toque, constituindo uma relação correlata com o discurso e o sujeito”. O discurso, por outro lado, é essa construção de sentidos pelo sujeito e que, bem pelo contrário, não tem início e fins localizáveis, uma vez que é compreendido em sua dimensão histórica e, além disso, constitui-se de atravessamentos da exterioridade. Assim sendo, não há texto sem autor e, ao mesmo tempo, não há discurso sem sujeito, fato que encaminha a reflexão de que a analogia texto/discurso contém em si pontos divergentes e pontos em comum.

O sujeito é, portanto, assujeitado na/pela língua e interpelado pela ideologia. Ele toma uma posição ao discursivizar, pois, para dizer “a”, necessariamente, ele deixa de dizer “b”. Nessa mesma esteira, para defender uma prática teórica “x”, o sujeito precisa considerar (mesmo que para descartar) uma prática teórica “y”, sendo essa relação determinada a partir do estabelecimento de método e de objeto de análise. Todo esse processo permeia o curso do discurso e permite entender que é por haver sujeito(s) que há discurso(s), e que é porque há discurso(s) que há sujeito(s) produzindo sentidos, “condenados” a interpretar:

> [...] as “ideias científicas”, as concepções gerais e particulares (epistemologicamente regionais) historicamente apontáveis para cada época dada – em suma as ideologias teóricas e as diferentes formas de “filosofia espontânea” que as acompanham – não estão separadas da história (da luta de classes): elas constituem “compartimentos” especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção dos conhecimentos com discrepâncias e autonomizações variáveis (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 173, aspas do autor).

Sendo assim, não posso afastar os discursos produzidos enquanto ciência das condições contextuais que circundam e afetam todo e qualquer sujeito no momento de produção de discurso(s). Estão aí presentes os atravessamentos ideológicos, políticos e históricos, de modo que toda a produção de conhecimento, ainda que não possa ser afirmada como limitada – visto que, desta perspectiva

teórica, o discurso em si não encontra inícios e fins delimitados –, é, ainda e sempre, atravessada pela história (da luta de classes).

Nesse ínterim, compreendo que a Ciência (na) Linguística, portanto, desde quando Saussure instituiu o rompimento com o que até então se considerava sobre a linguagem, por meio de dicotomias e de metáforas – e mesmo, antes disso, com os comparatistas, por exemplo –, já constituía(-se) pela língua na história, pois o sujeito, a partir de condições de produção dadas e do sistema linguístico dado, produz significados e significa ao seu semelhante, uma vez que está apto a se expressar:

> [...] é na prática discursiva que o sujeito se manifesta enquanto tal e [...] é pela superfície da língua que o analista tem acesso à espessura do discurso. Isso vai apontar para uma nova teoria da significação, onde, na verdade, a produção do sentido é um processo que se realiza na prática do discurso (PETRI, 2004, p. 33).

É quando toma uma posição frente aos fatos, por meio da língua, que o sujeito discursiviza, interpreta e significa para si e para o(s) outro(s) sujeito(s). O sujeito não escapa da produção de sentido, porque ele é assujeitado: condição essa que garante, ao mesmo tempo, que sujeito e língua se constituam mutuamente, já que sem sujeito não há língua e, da mesma forma, sem língua não há sujeito capaz de produzir sentidos.

Essa capacidade de se expressar por meio de palavras, comportamentos ou atitudes, que constitui cada sujeito, segundo Pêcheux (1966), é condição para a significação. O sujeito significa-se por meio do discurso, o qual, por sua vez, está intrinsecamente relacionado a um conjunto determinado de condições de produção.

Ressalto, nestas reflexões, também, o fato de Pêcheux – sobretudo no artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967) – construir o seu discurso e a sua teoria sobre o discurso embasado no que Saussure (1916) propôs no **Curso de Linguística Geral**; formulando e orientando conceitos próprios à Análise Discurso, de modo a estabelecer aproximações e distanciamentos com a Linguística Geral. Mesmo Pêcheux, então, enquanto sujeito da Ciência (na) Linguística, afirma, na teoria e na prática de seu discurso, que não se pode simplesmente relegar tudo o que já foi dito antes em prol de uma gama de ideias “novas”. As ideias teóricas sobre o discurso advêm, portanto, – não somente, mas

também – das ideias de língua e de fala, sendo que os ditos de Saussure constituem as condições de produção do discurso de Pêcheux:

> *Remarquons pour l'instant que Saussure pense la langue comme un objet scientifique homogène, à la fois par rapport à du non-scientifique (la parole), et par rapport à d'autres objets scientifiques possibles (les systèmes sémiologiques non-linguistiques), c'est-à-dire par rapport à deux domaines qui ne peuvent entretenir aucune relation puisqu'ils sont conceptuellement hétérogènes*[15] (PÊCHEUX, 1967, p. 217).

Pêcheux (1967) lê Saussure e lhe faz uma crítica importante, mostrando, em primeiro lugar, que não há como compreender a língua enquanto objeto homogêneo, uma vez que ela é, em si mesma, constituída por falhas e equívocos consequentes a cada tomada de posição do sujeito e, em segundo lugar, rebatendo a ideia de que cabe à língua o *status* "científico" e à fala o *status* "não-científico". Ora, se, para haver fala é preciso tomar posição na língua, concordo que não há como conceber esses sistemas separadamente, pois eles constituem o discurso.

Da mesma maneira, nesse âmbito, Pêcheux (1967) recupera os saberes mobilizados por Saussure para ressaltar que a sua teoria do discurso propõe, justamente, a problematização e o deslocamento de saberes estabilizados:

> *[...] la langue ne peut être définie par une « convenance nécessaire » (une harmonie téléologique) entre les moyens et les fins: or, pour bien faire entendre la nouveauté de ce qu'il énonce, Saussure fait appel aux propriétés fonctionnelles des autres institucions, comme à une évidence; en d'autres termes, c'est parce que Saussure continue à penser les institutions en général comme des moyens adaptés à des fins qu'il peut faire ressortir le cas unique de la langue*[16] (PÊCHEUX, 1967, p. 218).

O que se mostra como fundamental para Pêcheux (1967) é o problema de considerar a língua como uma evidência, ou seja, entender que se podem assegurar e/ou limitar os sentidos possíveis a um discurso. É bem isso que Pêcheux (1967) trabalha para desconstruir, uma vez que o sentido sempre pode ser outro e um discurso não é estanque. Calcada na teoria pecheuxtiana, afirmo não só que um

---

[15] Tradução minha: Destacamos por enquanto que Saussure pensa a língua como um objeto científico homogêneo, pela relação ao não-científico (a fala), e em relação a outros objetos científicos possíveis (os sistemas semiológicos não-linguísticos), isto quer dizer em relação a dois domínios que não podem manter nenhuma relação, pois são conceitualmente heterogêneos.

[16] Tradução minha: [...] a língua não pode ser definida por uma "conveniência necessária" (uma harmonia teleológica) entre os meios e os fins: ora, para bem fazer entender a novidade do que ele enuncia, Saussure apela às propriedades funcionais de outras instituições como uma evidência; em outros termos, é porque Saussure continua a pensar as instituições em geral como meios adaptados a fins que ele pode fazer sobressair o caso único da língua.

discurso não tem início e fim localizáveis, mas também que os sentidos mobilizados pelo sujeito estão em constante construção – sempre sujeitos às falhas, à falta e ao equívoco –, porque estão intrinsecamente relacionados às condições de produção e de leitura do discurso em questão.

A ciência e o sujeito da Ciência (na) Linguística passam a ser pensados, então, sob o viés do discurso. Michel Pêcheux trilha um caminho teórico afirmando – em 1967, no artigo *Analyse de contenu et théorie du discours* – que o discurso é o problema fundamental para a apreensão dos sentidos, pois é atravessado não só pela dimensão ideológica, mas também pela história e pela política. Em seguida – no ano 1975, na obra **Semântica e discurso** –, esse autor problematiza a questão do ponto de vista e, consequentemente, da figura do sujeito interpelada pela ideologia; pois, sendo também representada por meio de um discurso, a ciência possui necessariamente um sujeito que produz sentidos a partir do modo como se relaciona com o que se lhe apresenta como real.

Le discours est "[...] un segment de texte correspondant à un certain état invariant de la répresentation de la situation pour le locuteur"[17]

Entre a Linguística e as Ciências Sociais, a Análise de Discurso constituiu-se como uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 1996) que interroga a Linguística por – considerar a linguagem e – excluir o que é histórico-social e também interroga as Ciências Sociais por não apreenderem a linguagem enquanto materialidade atravessada de sentidos. Embora o que caracteriza essa disciplina seja, justamente, o seu perfil questionador, isso não faz com que ela se proponha a ser/ter uma resposta única e acabada. É exatamente o contrário: aquilo a que a Análise Discurso se propõe é deslocar o terreno das certezas, já que o discurso e os sentidos por ele mobilizados sempre podem ser outros, de acordo com as condições sócio-históricas que afetam cada sujeito no momento em que produz o seu discurso.

Considerando que, desde Saussure (1916), compreende-se que a língua tem um funcionamento próprio, destacado – inclusive – pela opção metodológica do

[17] Tradução minha para: O discurso é *"[...] um segmento de texto correspondente a um certo estado invariante da representação da situação pelo locutor"* (PÊCHEUX, 1968, p. 115, itálicos meus).

linguista genebrino em analisar a língua em detrimento da fala, sou conduzida a refletir sobre a importância da materialidade linguística. Junto com Petri e Cervo (2016), entendo que “a língua não desempenha uma função qualquer, seja ela enunciativa, comunicativa ou interacional, uma vez que, pelo social, a língua tem um funcionamento próprio” (PETRI; CERVO, 2016).

A língua é elemento fundamental para apreensão do discurso, por seu funcionamento próprio, juntamente com o sujeito e as condições de produção. São as tomadas de posição do sujeito na língua que possibilitam a produção de sentido, fazendo com que sempre possam haver deslocamentos, rupturas e/ou pontos de deriva. Pêcheux toma a língua para refletir sobre o discurso e, da mesma forma, considera o texto para pensar o discurso.

A preocupação com a produção de sentido moveu grande parte dos trabalhos de Michel Pêcheux, e a sua crítica está, no que diz respeito à Linguística, na exclusão das questões da significação, já que é analisando a “semântica discursiva” que se poderão perceber as contradições da/na língua (já demarcadas por Saussure):

> *La linguistique s’est constituée depuis quelques décades comme Science de la langue en tant que fonctionnement à l’exclusion de tout autre object, c’est-à-dire qu’en particulier elle refuse de prendre en compte les problèmes comme celui des “significations” contenues dans un texte, problèmes que les théories classiques du langage reconnaissaient traditionnellement comme leurs*[18] (PÊCHEUX, 1968, p. 113).

E é exatamente devido a essa inquietação teórica que a sua grande contribuição dá-se no que tange ao discurso em sua relação intrínseca com o sujeito – que é interpelado, por sua vez, pela ideologia. Eis que o discurso, objeto de análise da Análise de Discurso, ganha relevo nos trabalhos de Pêcheux. Compreendo, então, a importância de tomar a língua em seu funcionamento, o que me direciona, nesse âmbito, a considerar o trabalho de Pêcheux ([1969] 2014), no sentido de mobilizar a questão do discurso mesmo, enquanto aquele que concebe o “efeito de sentidos” entre sujeitos. Tomar a língua em funcionamento possibilita afastá-la da sua noção de função, ou seja, “função seria aquilo que é naturalizado, o

[18] Tradução minha: A linguística se constituiu desde algumas décadas como Ciência da língua enquanto funcionamento excluindo qualquer outro objeto, isso quer dizer que em particular ela recusa a levar em conta os problemas como aqueles das “significações” contidas em um texto, problemas que as teorias clássicas da linguagem reconhecem tradicionalmente como seus.

instrumento para; e funcionamento, o processo" (PETRI; CERVO, 2016) – e entendo tal deslocamento a partir de Pêcheux ([1969] 2014), Orlandi (2012) e Petri e Cervo (2016).

É no/pelo discurso em funcionamento que se apreende o sujeito e a sua tomada de posição (na ciência ou fora dela):

> A análise de discurso não tem nenhuma vocação particular em dar um fim a essa interminável série de conflitos. Para ela, é suficiente colocar suas próprias problemáticas e procedimentos: a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no "não-importa-o-quê" de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 9).

A ideia que Pêcheux trabalha, quando propõe a Análise de Discurso(s), é a de desconstruir sentidos aparentemente estabilizados/neutralizados. Para tanto, o autor coloca-se frente a uma série de conflitos e de procedimentos próprios ao campo da linguagem em funcionamento, em (dis)curso, considerando, nesse viés, o sujeito e a ideologia como elementos fundamentais para a produção de (des)conhecimento. Contudo, não propõe resolver todos os problemas da/na língua, mas sugere caminhos de leitura/análise possíveis.

Refletir sobre uma técnica de Análise de Discurso, penso, aproximará as noções de ciência e de sujeito da ciência daquilo que as envolve e constitui, uma vez que se faz fundamental tomar alguns conceitos recorrentes à teoria discursiva. Entendo que é a prática técnica (HERBERT, [1966] 2012)[19] – ao propor um discurso sobre as coisas, ao contrário da prática política (que propõe um discurso sobre os discursos) – que transforma um produto ideológico em um conhecimento teórico.

Reflito, a partir de Pêcheux (1968), que estabelecer as condições de produção de uma teoria do discurso permite refletir sobre questões que precisam ser revistas, reformuladas e problematizadas não só enquanto técnica de análise, mas também por constituírem uma prática discursiva. E é exatamente essa questão que ganha relevo em *Vers une technique d'analyse du discours* (PÊCHEUX, 1968), um artigo de pequena extensão, mas teoricamente bastante denso, publicado no periódico *Psychologie Française*, em que o autor, para trazer questões sobre a Análise de Discurso, a coloca em relação à Linguística, questionando a exclusão do

[19] Como já trouxe anteriormente, a questão da "divisão" das ideologias é revista por Pêcheux; a questão das práticas (técnica e política), por sua vez, me parece contribuir para o entendimento do processo de produção de conhecimento.

“problema” da significação, e em relação à Análise de Conteúdo, questionando a desconsideração da exterioridade.

Na primeira parte do referido trabalho – intitulada *Les difficultés de l’analyse de contenu*[20] (PÊCHEUX, 1968) –, o autor indica *hypothèses*[21] e *remarques*[22], trazendo à cena, também, *objections*[23]; sendo a essas últimas que darei maior atenção, uma vez que elas, a meu ver, auxiliam na reflexão sobre as questões próprias à Análise de Discurso. É relacionando os problemas (*objeções,* nas palavras de Pêcheux) da Análise de Conteúdo que se propõem contra-hipóteses ao que estava, até então, estabelecido no âmbito da linguagem.

Se a Linguística Moderna – em conformidade com as proposições presentes no **Curso de Linguística Geral** (SAUSSURE, 1916) – considera os signos e eles em sua relação com um significado, sendo, nessa fusão, uma palavra plena aquela formada por significante e significado, Pêcheux problematiza a questão dos efeitos de sentido atribuídos ao contexto:

> *Outre que certains effets discursifs dus au contexte ou à l’ordre ne sont pas ici pris em compte, on voit que H_1 interdit le repérage des glissements de sens (le mot “ liberté” peut, à l’intérieur d’un même corpus d’analyse, osciller de manière symptomatique entre le sens politique, le sens psychologique, etc.) et l’enregistrement des effets synonymiques (un même concept peut, à l’intérieur d’un même corpus d’analyse, etre “visé” par des mots différents)*[24] (PÊCHEUX, 1968, p. 114).

Há uma impossibilidade de tomar-se uma palavra por ela mesma, uma vez que, para a produção de sentido, faz-se fundamental considerar o discurso – produzido por um sujeito – e, dessa forma, a sua relação com as condições de produção sociais e históricas. É por tudo isso que entendo a importância da apreensão de que os deslocamentos permitem que as palavras, ao significarem no/pelo discurso, ganhem sentido em uma dimensão mais ampla, constituindo uma representação do real.

---

[20] Tradução minha: As dificuldades da análise de conteúdo.
[21] Tradução minha: hipóteses.
[22] Tradução minha: observações.
[23] Tradução minha: objeções.
[24] Tradução minha: Fora que alguns efeitos discursivos atribuídos ao contexto ou à ordem não são aqui levados em conta, vemos que H_1 [a questão do signo enquanto palavra plena] interdita a retomada dos deslocamentos de sentido (a palavra “liberdade” pode, no interior de um mesmo *corpus* de análise, oscilar de maneira sintomática entre o sentido político, o sentido psicológico, etc.) e o registro dos efeitos sinonímicos (um mesmo conceito pode, no interior de um mesmo *corpus* de análise, concernir a palavras diferentes).

Partindo, então, da proposição de que as palavras devem ser tomadas enquanto discurso e que, por sua vez, o discurso compreende os vieses social, histórico e político, Pêcheux (1968) rebate a possibilidade de apreender um sistema de equivalência, que ligaria uma palavra a um único sentido. Para considerar um sistema de classes de equivalência, "[...] il faudrait que l'effet de sens caractéristique d'une classe d'équivalence soit explicitement connecté à une liste exhaustive a priori des indices[25][...]" (PÊCHEUX, 1968, p. 114). Os sentidos não podem ser aprisionados em listas, de acordo com o referido autor, porque o discurso pode sempre ser atravessado por significados não localizáveis em um segmento de texto, mas em sua dimensão histórica, política e ideológica.

Estão os sentidos, sim, constituídos na sua relação com o sujeito e é este, por sua vez, que estabelece relações com a língua, a história e a memória. Por assim dizer, entendo que o sujeito produz efeitos de uma "verdade", uma vez que ele está destinado a interpretar as coisas do mundo, as coisas a ler, os comportamentos e os acontecimentos escritos – e/ou falados. Uma leitura é uma interpretação que o sujeito dá ao discurso que se apresenta; não é, sabe-se, uma determinação da verdade sobre o fato, mas um ponto de vista dentre outros possíveis, de acordo com as condições de produção não só do discurso, mas também de leitura:

> *L'interaction entre le code et la lecture du texte suppose que le codeur modifie progressivement le sens de ce qu'il analyse, à partir d'une lecture initiale. Le résultat de l'analyse est donc déterminé par les caractéristiques propes en systéme conceptuel de l'agent individuel ou collectif qui effectue le codage*[26] (PÊCHEUX, 1968, p. 114).

Possivelmente atravessado pela leitura de autores funcionalistas (do qual destaco Jakobson e seus estudos sobre as funções da linguagem, com as figuras do emissor, receptor, mensagem, referente, código e canal), Pêcheux (1968) traz em seu discurso *code*[27], *codeur*[28] e *codage*[29], para remeter ao problema da atribuição de sentidos, a partir de uma leitura. Alertando para o fato de que, cada vez que o

---

[25] Tradução minha: [...] é preciso que o efeito de sentido característico de uma classe de equivalência seja explicitamente conectado a uma lista exaustiva a priori de índices [...].
[26] Tradução minha: A interação entre o código e a leitura do texto supõe que o codificador modifica progressivamente o sentido do que ele analisa, a partir de uma leitura inicial. O resultado de análise é por isso determinado pelas características próprias no sistema conceitual do agente individual ou coletivo que efetua a codificação.
[27] Tradução minha: código.
[28] Tradução minha: codificador.
[29] Tradução minha: codificação.

sujeito (*codeur* nas palavras do autor) lê e interpreta o código (*code* nas palavras do autor), ele modifica o discurso inicial, já que estará atualizando o seu dizer; assim, Pêcheux (1968) propõe que o discurso é sempre uma representação que o sujeito adapta/dá/fornece a uma realidade que lhe parece própria; um efeito de verdade construído, entre outras noções fundamentais, a partir da Formação Ideológica, da Formação Discursiva, da história e das condições de produção.

Do ponto de vista discursivo, entendo que um discurso não pode ser determinado pelas condições a que se destina, ou seja, o comportamento verbal do sujeito não pode ser "*pensé comme variable dépendante à l'égard de la situation considérée comme stimulus (variable indépendante)*"[30] (PÊCHEUX, 1968, p. 114). O sujeito, por tais considerações, não tem a possibilidade de assegurar os sentidos possíveis a um discurso, porque todo discurso engendra uma tomada de posição.

De acordo com Pêcheux (1968, p. 115), o discurso é "um segmento de texto correspondente a um certo estado invariante da representação da situação pelo locutor", sendo que: 1) o texto não começa necessariamente com sua primeira palavra (podendo sempre começar em outro lugar) e não termina com sua última palavra, uma vez que é sempre possível acrescentar-lhe algo; bem como que 2) a situação de representação vai sempre estar relacionada à imagem que o locutor faz dele mesmo/do interlocutor/do referente, como também à imagem que o interlocutor faz dele mesmo/do locutor/do referente. Dessa forma, infiro que constituem o discurso as relações que o sujeito estabelece com a exterioridade, não sendo elas, necessariamente, localizáveis em um segmento de palavras – em um texto, por exemplo: com início, meio e fim –, mas no contexto histórico que inevitavelmente as atravessa.

O movimento discursivo de (tentar) fazer-se compreender, de acordo com Pêcheux (1968, p. 115), constitui um "processo de produção do discurso" que envolve questões do tipo: 1) Qual a imagem que o locutor faz dele mesmo para proferir um discurso? 2) Qual a imagem que o locutor faz do seu interlocutor para proferir um discurso? 3) Qual a imagem que o locutor faz do referente para proferir um discurso?

---

[30]Tradução minha: [...] pensado como variável dependente da visão em relação à situação considerada como estímulo (variável independente).

Tais reflexões são representadas por Pêcheux (1968, p. 115) e compreendem o esquema a seguir:

$$\omega_X$$

$$A \text{ ----------} \rightarrow B$$

$$R$$

Sendo “A” o destinador ou o locutor de um discurso em questão, “B” o destinatário, “R” o objeto referente do discurso e “ω_X”[31] o estado de condições de produção do discurso.

As imagens que o locutor faz de si e do seu interlocutor; bem como do referente, são construções necessárias para a produção de sentido na medida em que, buscando produzir os sentidos possíveis, o locutor formula e reformula, diz de uma maneira e/ou de outra(s), afim de controlar os sentidos propostos no seu discurso. Ainda que tal controle seja uma ilusão, é por meio dele que se dá a argumentação.

Do momento de constituição da teoria sobre o sujeito, o discurso, a Ciência (na) Linguística e a própria ideologia, com os trabalhos de Herbert (1966; 1967), até o trabalho tido como grande marco nas ideias teóricas promovidas por Michel Pêcheux ([1969] 2014) – a saber, a “Análise automática do discurso (AAD69)” – destaco alguns deslocamentos e algumas retomadas, como, por exemplo, o esquema anteriormente apresentado que recebe a seguinte reconfiguração (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 81):

$$(\mathscr{S})$$

$$\mathscr{D}$$

$$A \text{ ----------} \rightarrow B$$

$$R$$

[31] De acordo com Costa (2013), o símbolo “ω” corresponde à letra “ômega”, última letra do alfabeto grego clássico.

Sendo “A” o destinador, “B” o destinatário, “R” o referente, “(𝒮)” o código linguístico comum a A e a B, “→” o contato estabelecido entre A e B, “𝒟 ” a sequência verbal emitida por A em direção a B.

Do que constato o deslocamento no sentido próprio de o autor buscar fazer-se entender: substitui-se “ϖx” – o estado de condições de produção do discurso – por “(𝒮)” e “𝒟 ” – respectivamente, o código linguístico comum a A e a B, e a sequência verbal emitida por A em direção a B. Pêcheux ([1969] 2014, p. 81) também acrescenta que “→” é o contato estabelecido entre A e B. Assim sendo, não se deixa de considerar as condições de produção em si; Pêcheux explicita que elas constituem-se pelo código linguístico, pela sequência verbal emitida e, também, pelo contato estabelecido entre o destinador e o destinatário.

Sobre as Formações Imaginárias, ressalto a importância de considerar que destinador e destinatário/ A e B, sujeitos do discurso, não são tomados em sua “presença física de organismos humanos individuais” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 81), mas representam lugares dentro da formação social[32].

As formações são imaginárias, a meu ver, não somente por essa relação, mas também porque o processo discursivo trata de um objeto imaginário e não da realidade física, já que dependerá, sempre, da posição/do ponto de vista do sujeito frente à realidade. Recupero a maneira como Michel Pêcheux ([1969] 2014, p. 82) designa as Formações Imaginárias – tal qual ele apresenta em “Análise automática do discurso (AAD69)”:

[32] Continuo citando Pêcheux ([1969] 2014, p. 81) para exemplificar tal questão: “[...] por exemplo, no interior da esfera de produção econômica, os lugares do ‘patrão’ (diretor, chefe de empresa etc.), do funcionário da repartição, do contramestre, do operário são marcados por propriedades diferentes determináveis”.

Tabela 1: Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A — I_A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
A — I_A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B — I_B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
B — I_B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: Michel Pêcheux ([1969] 2014, p. 82).

As formações são imaginárias, então, porque mantêm relação direta com as imagens que A e B fazem de si e do outro. São elas mesmas passíveis de equívocos, falhas e faltas, uma vez que constituem uma tomada de posição do sujeito; são elas mesmas uma construção aberta e que pode sempre ser outra. Fato é que, por exemplo, a produção de sentido sobre um mesmo discurso não tem garantias de repetição nem para o mesmo sujeito, nem para dois (ou mais) sujeitos diferentes, já que o discurso – que é produzido por um sujeito – não escapa dos atravessamentos da exterioridade.

Dessa mesma forma, também se faz fundamental refletir acerca da “superfície discursiva” (PÊCHEUX, 1968, p. 115), na qual se constitui um discurso – mais especificamente, o discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística –, uma vez que, ao constituir-se, ela também configura as suas condições de produção, as Formações Discursivas e as Formações Ideológicas por meio das quais estabelecem-se enquanto ciência. O que entendo é que há toda uma organização social, política e ideológica que, juntas, vêm a localizar o discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística em um lugar que lhe é próprio.

É essa superfície discursiva que distingue o discurso do sujeito das ciências ditas humanas – das quais destaco a Linguística, por exemplo – do discurso do sujeito das ciências ditas exatas – a Física ou a Biologia, por exemplo. Ressalto, porém, que a superfície discursiva não limita as possibilidades de produção do

discurso; ela pode, sim, estabelecer algumas peculiaridades, mas não impede que os discursos e que os sujeitos sejam sempre outros e que eles se convoquem[33].

Considerar esse “processo de produção do discurso” mostra que cai por terra a relação linear entre locutor e interlocutor, já que a língua não é apenas um código que transmite mensagens. Muito além disso, a concepção desse processo propõe que os sentidos “resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas” (ORLANDI; LAGAZZI, 2015, p. 17). Os sujeitos são, então, atravessados pelas relações de sentidos que estabelecem com os já-ditos, sendo que, nessa concepção, estão postas no jogo discursivo também as relações de força que marcam cada lugar social e, em consequência disso, cada posição assumida pelo sujeito.

A reflexão a que me proponho, a partir do exposto, é a de considerar também a glosa (cf. AUTHIER-REVUZ, 1990) como um dos recursos discursivos/enunciativos pertinentes à produção de conhecimento como um todo, já que, para significar, o sujeito da ciência precisa tomar uma posição na língua sem perder de vista o(s) seu(s) interlocutor(es), pois o discurso é heterogêneo em sua constituição. Tendo como base a teoria pecheuxtiana, entendo que é a formação ideológica – imagem – que o sujeito constrói de quem (do outro/de que) ele fala (enquanto referente), bem como aquela – imagem – que o sujeito do discurso constrói sobre si mesmo que vai permitir a produção de sentidos possíveis dentro de circunstâncias sociais, políticas e históricas dadas.

Assim, glosar consiste, por esse olhar, em utilizar-se de palavras e/ou de expressões que aludam aos já-ditos de um discurso em questão, ao fio do discurso na busca por sentidos. Por um lado, o sujeito pode glosar buscando fazer-se entender em um mesmo parágrafo, em parágrafos subsequentes de um mesmo texto ou, até mesmo, organizando uma listagem de palavras. Por outro lado, pode-se considerar que o sujeito glosa textos/discursos de outros sujeitos a fim mesmo de colocá-los em discussão e/ou fazê-los compreender. Um glossário, por exemplo, é o lugar específico onde há, em forma de listagem, geralmente, alfabética, um elenco

[33] Retomarei essa questão na terceira parte deste trabalho, quando versarei sobre a produção de conhecimento e sobre a divulgação científica.

de palavras que remetem a outras de sentido aproximado (são as glosas ou glossas[34]).

O discurso constitui-se na/pela exterioridade. Compreendo, então, a partir de Authier-Revuz (1990, p. 30-31), que um discurso pode apresentar como seu exterior uma outra língua, um outro registro discursivo e/ou, por fim, um outro interlocutor: "(se você entende o que quero dizer, se o senhor me permite a expressão, perdoe-me o termo, se você quiser assim)" são retomadas possíveis; são maneiras de, de dentro do discurso, remeter a discursos outros.

No discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística, isso se enuncia no próprio processo de construção da teoria discursiva pecheuxtiana, uma vez que Michel Pêcheux revisita muitas das questões que propõe, reforçando-as, em alguns momentos, e ressignificando-as, em outros. É o caso específico das Formações Imaginárias (PÊCHEUX, 1968; [1969] 2014), por exemplo. Da mesma forma, isso se verifica no momento em que outros pesquisadores utilizam-se das teorias propostas pela Ciência (na) Linguística; são maneiras possíveis de produzir sentidos e (re)significá-los.

2.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIÊNCIA (NA) LINGUÍSTICA

A Ciência (na) Linguística: reflito a partir desse mote considerando que há ciência e que há Linguística, sendo que a ciência pode ser pensada sob o viés linguístico no âmbito não só discursivo, mas também textual, sociolinguístico, fonético, por exemplo – e, então, dá-se a Ciência Linguística. Já a ciência na Linguística, em meu entendimento, remete à historicidade que permeia a formação desse conceito, uma vez que a preocupação com as questões da língua engendra a própria problemática da definição de ciência.

Por um lado, tomando a especificidade da Ciência Linguística sob o viés discursivo, do qual destaco a teoria pecheuxtiana, percebo que a preocupação com o estabelecimento de um lugar para a ciência e para o sujeito da Ciência Linguística

[34] De acordo com o **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, de Antônio Geraldo Cunha ([1982] 2010), "glosa" é uma variação de "glossa" e tem registros na Língua Portuguesa a partir do século XIV, de onde advém o termo glossário, em 1813.

pode ser observada nos escritos de Pêcheux desde as suas primeiras publicações, como procurei ressaltar tanto ao estudar os dois textos publicados sob o pseudônimo de Thomas Herbert – em [1966] 2012 e [1967] 1995 –, quanto os outros dois textos – publicados em 1967 e 1968. Essa, portanto, constitui-se uma temática recorrente, um vez que continua aparecendo nos trabalhos posteriores desse mesmo autor e, também, nos trabalhos de outros autores da mesma área.

Por outro lado, considerando a Ciência na Linguística, permaneço mobilizando o viés discursivo, pois esse me parece um campo teórico profícuo, já que estabelece relações com a historicidade. Em meu entendimento, não há como refletir sobre a Ciência na Linguística, sem, para isso, remeter à história; uma história permeada por discursos e, por isso, sujeita a falhas, faltas e equívocos. O meu fazer aqui, enquanto discurso, problematiza a questão mesma da tomada de posição do sujeito frente à realidade (aparente) e frente à teoria; e, da mesma forma, problematiza a impossibilidade de se considerar o discurso objetivo no que tange às marcas da/na língua em (dis)curso, já que não é fundamentalmente a presença – ou a ausência – das marcas de pessoa, por exemplo, que assegurarão a objetividade científica.

Nessa esteira, avalio que as reflexões sobre a Ciência Linguística e sobre a Ciência na Linguística entrelaçam-se, na medida em que envolvem saberes em comum/do interdiscurso. Remeter a Saussure, por exemplo, faz parte tanto do processo de produção de conhecimento sobre a Ciência Linguística quanto sobre a Ciência na Linguística, o que encaminha a problematizar a questão do corte, como já discuti, defendendo a noção do corte continuado. Há uma continuação no discurso; os saberes se convocam.

3. A CIÊNCIA (NA) LINGUÍSTICA E A (RE)PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

> [...] *não há conhecimento instantâneo*, o que não significa que o objeto de conhecimento ou o seu valor sejam temporais, como sustenta o relativismo. Isso significa que *é necessário tempo para saber* (AUROUX, 2008, p. 141, itálicos do autor).

O campo teórico até então percorrido permite considerar o discurso da Ciência (na) Linguística como aquele constituído, inicialmente, por um subproduto ideológico; depois, passo a compreendê-lo no atravessamento de toda a dimensão histórica e política das condições de produção e, por consequência, do sujeito que produz o discurso e representa uma tomada de posição. Nesta terceira parte do trabalho, venho propor que as ideias teóricas promovidas por Herbert ([1966] 2012; [1967] 1995) e por Pêcheux (1967; 1968) sejam consideradas como em permanente discussão, na medida em que ressonâncias de sentidos podem ser entendidas. Ainda somos sensíveis a tal problemática; ainda partilhamos dessas inquietações.

Admitindo, então, que são essas inquietações que encaminham para um campo do saber em construção, uma vez que a produção de conhecimento não escapa dos atravessamentos da exterioridade, reitero os limites desta pesquisa no que tange à incompletude dos saberes acerca de Pêcheux, bem como acerca dos saberes sobre a sua teoria. Não trago a ilusão de conhecer todos os já-ditos – nem os não-ditos – de Pêcheux, mas busco contribuir com uma leitura possível sobre a produção de conhecimento na Ciência (na) Linguística sob o viés da Análise de Discurso.

Faz-se pertinente considerar aqui que a própria teoria que venho trabalhando passou por momentos de (re)construção, na medida em que a ideia de corte foi reformulada por Pêcheux, de modo a adequar-se aos saberes mobilizados

por ele até então. A produção de conhecimento precisa de tempo para desenvolver-se, precisa ser discutida e problematizada, precisa fazer sentido e movimentar saberes. Tal questão encaminha a pensar que a produção de conhecimento linguístico enquanto ciência, na atualidade, remete a dois ou três pontos fundamentais sobre os quais proponho-me a versar no que segue. De forma inicial, reflito que a ciência precisa de tempo para desenvolver-se; pondero isso, sobretudo, considerando não a temporalidade cronológica, mas aquela dos processos discursivos.

Auroux (2008) ajuda a compreender a dimensão histórica da/na produção de conhecimento através dos horizontes de retrospecção, sendo ela por ele definida na sua relação com a temporalidade. Sendo assim, todo o sujeito mobiliza os conhecimentos que já construiu a partir de suas experiências, tais conhecimentos já foram produzidos antes para que pudessem figurar no discurso e produzir sentido. O horizonte de retrospecção, de acordo com Auroux (2008, p. 141) é “o conjunto desses conhecimentos antecedentes”. É necessário, portanto, que haja dizeres já-ditos para que se efetua a produção de conhecimento.

O “hoje” – enquanto conhecimento em formação – permite reflexões e análises contrastivas e, talvez, produções de divulgação científica; é o “depois” – enquanto conhecimento instituído, compartilhado e aceito pelos pares – que concretiza o saber. Sendo assim, questiono-me: 1) O que é produzido hoje e é tomado como divulgação científica seria um “estágio” da ciência? 2) Seria a produção de sentido sobre um objeto “x” que permitiria, com o passar do tempo, a produção de conhecimento? 3) O sujeito, enquanto produtor de discurso, assujeita-se ao tempo e usa-se do tempo para produzir conhecimento?

Proponho-me a discutir essas questões tomando o exemplo de Saussure, que, em sua época, não teve reconhecimento enquanto professor do **Curso**; nessa mesma esteira, Benveniste e Pêcheux também receberam a relevância que têm atualmente bem depois de seu tempo; e eles não calculavam a proporção que os seus estudos tomaram na contemporaneidade. O tempo, enquanto temporalidade (AUROUX, 2008), parece fundamental para o desenvolvimento das ideias teóricas, necessários e relevantes fazem-se também a interlocução e o intercâmbio de saberes, de modo que o sujeito reflita, discuta, questione o outro, o discurso do outro.

É por isso que considero o “discurso sobre" e entendo-o como aquele que promove uma interpretação particular do sujeito ao discurso em questão, no movimento de “produção-reprodução-transformação” de que fala Pêcheux ([1975] 2009), uma vez que uma leitura não escapa dos atravessamentos ideológicos, políticos e históricos que perfazem as condições de produção do discurso e da leitura. O sujeito é assujeitado na e pela língua e, da mesma forma, na e pela história, sendo que as produções de discursos e de leituras estarão sempre afetadas pelas relações estabelecidas com a realidade.

A partir do que introduz Althusser[35] (1967) quando considera o trabalho teórico, reflito acerca de uma das suas proposições inicias que encaminha de maneira profícua o que venho inferindo até aqui no que se refere à (re)produção de (des)conhecimento na ciência linguística, a saber: as noções de “conceito teórico” e de “conceito empírico”. Um conceito teórico seria, então, aquele que pode ser relacionado a objetos abstratos; por outro lado, um conceito empírico é aquele determinado na sua relação com objetos concretos.

Tal relação que, em princípio, parece trivial merece um fôlego a mais, sobretudo quando tem-se a afirmação de que “os conceitos empíricos ‘realizam’ os conceitos teóricos no conhecimento concreto dos objetos concretos” (ALTHUSSER, 1967, p. 60). O conhecimento seria então uma construção do sujeito constituída a partir do já-dito e de atravessamentos da exterioridade, sendo toda essa relação por si só abstrata, fato que não exclui, entretanto, os conceitos empíricos de seu papel importante na construção dos conceitos teóricos, principalmente em se considerando os conhecimentos concretos enquanto resultados reais/visíveis da mobilização de objetos concretos. O conceito empírico é produto de um processo de trabalho teórico.

Recuperando a ideia de conceito teórico, entendo essa sua relação a objetos abstratos como pertinente no momento em que se considera que a produção de conhecimento por si só é um trabalho intelectual e, por natureza, ainda que inicialmente, é uma abstração. O conhecimento, nesse viés, pode ser compreendido

---

[35] Althusser (1974) afirma, na introdução da obra **Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas**, que, à época, partilhava – com Pierre Macherey, Etienne Balibar, François Regnault, Michel Pecheux, Michel Fichant e Alain Badiou – do interesse pelos problemas da história das ciências e dos conflitos filosóficos por ela gerados, motivo que levou à organização de cursos públicos que, depois, vieram a ser publicados. É o caso, por exemplo, da própria obra **Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas** (ALTHUSSER, 1974) e da obra **Teoria sobre a História das Ciências** (PÊCHEUX; FICHANT, 1971).

como o produto de um processo de associações de objetos intangíveis; e, portanto, é sendo produto que ele resulta em uma tomada de posição do sujeito que mobiliza essas construções por meio de seu discurso.

A relação entre conceito teórico e conceito empírico, de acordo com Althusser (1967, p. 66), resulta na dificuldade da "teoria" e do discurso teórico que, por seu caráter abstrato e formal, "abarca todos os objetos reais possíveis que revelam dos seus conceitos". O professor, por exemplo, quando ensina a seus alunos uma teoria "x", utiliza-se de artifícios para aproximar objetos abstratos (teóricos) de objetos concretos (empíricos) e, assim, interpelar seus aprendizes. Tal relação é delicada e, como venho afirmando, não tão "simples" quanto possa parecer[36].

3.1. SOBRE O SUJEITO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

> O analista de discurso não é uma pessoa neutra. Nunca. Vimos que ele deve assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve, igualmente, construir um observatório para si (MAZIÈRE, 2007, p. 23).

Tomar a produção de conhecimento enquanto um movimento realizado por sujeito(s) por meio do discurso implica levar em conta que esse processo é permeado pelos atravessamentos da ideologia no discurso do sujeito na Ciência (na) Linguística. Sendo assim, por um lado, questionam-se a transparência e a evidência da linguagem e, por outro lado, fundamental faz-se considerar que o discurso só produz conhecimento quando mobiliza sentidos já-ditos.

A ideologia, nesse viés, representa o (des)conhecimento e trabalha, portanto, com representações de uma realidade, de modo que os efeitos de sentido que o discurso faz ver são a neutralidade, a transparência e a evidência do dizer. A ciência, mais especificamente a Ciência (na) Linguística, por sua vez, utiliza-se – na/pela língua em movimento/funcionamento – de elementos teóricos que se relacionam a objetos abstratos e, assim sendo, propõem-se a produzir

[36] Questão que encaminha para a disciplinarização do saber que exige sempre uma tomada de posição do sujeito frente à teoria.

conhecimento. O trabalho com a teoria sugere que o sujeito mobilize questões que se relacionam ao seu campo de saber e, nessa esteira, que têm a possibilidade de responder às suas perguntas.

Pensar sobre a produção de conhecimento acaba por recair, também, na questão do ensino, é por esse motivo que recupero brevemente as palavras de Althusser (1976, p. 54) quando ele afirma que: “todo o ensino científico veicula, quer se queira, quer não, uma ideologia da ciência e seus resultados, isto é, um certo-saber-como-se-comportar perante a ciência”. Assim sendo, entendo que todo ensino não escapa dos atravessamentos da ideologia, sendo ela quem determina esse “certo-saber-como-se-comportar” perante a ciência de que fala Althusser. É a ideologia também que elege uma certa “ideia do lugar da ciência na sociedade existente e numa certa ideia do papel dos intelectuais especializados no conhecimento científico, portanto da divisão do trabalho manual e intelectual” (ALTHUSSER, 1976, p. 54). O papel da ideologia, nesse viés, é o de naturalizar e de neutralizar sentidos.

Ainda que se considere que ideologia e ciência constituam discursos diferentes, mesmo assim, não há como separar/afastar esses discursos, pois só a ciência se há discurso, só a discurso se há sujeito e o discurso do sujeito é sempre atravessado pela ideologia. É a ideologia que interpela o sujeito a produzir sentidos em (dis)curso.

Sendo assim, infiro que, para dizer uma coisa, o sujeito, necessariamente, não diz outras, sendo esse um processo político já que há uma negociação de sentidos (ORLANDI, 2007). O sujeito, então, assume um dizer – dentre outros possíveis – e toma uma posição por meio da língua, adequando o seu dizer de modo a sensibilizar/convencer outros sujeitos (os seus ouvintes/leitores/interlocutores).

Se, para haver discurso, inclusive o discurso do sujeito da ciência, é necessário que haja a tomada de posição de um sujeito – sendo ele, inevitavelmente, atravessado pelo interdiscurso, pela memória, pelas condições de produção e pela ideologia – entendo que, ao discursivizar “x”, deixa ele de discursivizar “y”. É nesse momento que o viés político do discurso, como bem explicita Orlandi (2007), se destaca.

Como já afirmei, é de meu interesse refletir a partir da problemática que discute se a Linguística e, mais especificamente, os estudos do discurso podem ou não ser considerados ciência, e o farei, neste momento de minhas reflexões, a partir

das discussões promovidas na contemporaneidade. Para tanto, recuperarei, de meus estudos anteriores, algumas opiniões que percebo relevantes a esse campo do saber; não objetivando com isso, evidentemente, fornecer uma resposta absoluta, mas mobilizar os já-ditos sobre essa questão. Compreender os escritos de Pêcheux é um desafio e estabelecer relações com a contemporaneidade dos meus estudos me leva à verificação da validade das leituras que me propus a fazer. Sempre levando em conta que a interpretação, sempre subjetiva, poderia ser outra.

Levando em conta que toda teoria é política porque negocia sentidos, já que se constitui por/para sujeitos na/pela exterioridade, considero a Linguística e, especialmente, a Análise de Discurso – fazendo intervir a ideologia – mobilizando processos sociais, históricos e políticos. Ganha forma, nesses processos, então, a língua na sociedade e na história, pois é na/pela língua que eles se constituem.

Refletindo sobre a ciência em sua relação com a linguagem na atualidade, penso que o campo das Letras, situado nas ditas Ciências Humanas (no contexto brasileiro, sul americano), tem sofrido certo desprestígio ao longo dos últimos anos. É do senso comum que, atualmente, se fala em tecnologia mais do nunca, e que se distancia a linguagem da tecnologia como se elas não estivessem imbricadas, como se fosse possível difundir alguma inovação tecnológica sem a linguagem e, da mesma forma, como se a linguagem não fosse tecnológica. O que se apaga/silencia é que uma grande revolução tecnológica e intelectual, de acordo com Auroux (1992), foi a criação das gramáticas e dicionários – e, antes disso, a criação da imprensa –, sendo a primeira revolução a criação da escrita, do que infiro que linguagem e tecnologia devem andar juntas e que, se o(s) sujeito(s) desconhecem o fato, é porque não estão reconhecendo a dimensão histórica da vida em sociedade. Por isso, a importância de considerar a historicidade e os discursos sobre, os já-ditos: entendo que a atualidade, tomada pela “língua de vento” (PÊCHEUX, 2004), esquece-se do passado e da memória sobre as coisas, tudo em nome da velocidade e do acúmulo de capital.

E é na contramão de tudo isso que ainda muitos persistem, recuperando percursos e admitindo que não há como renegar a historicidade, a memória e a ideologia, bem como que não há discurso sem posicionamento do sujeito, sem sujeito. Para mim, as ciências que se propõem a responder as demandas da sociedade, solucionar seus problemas ou formular novas questões, não possuem

respostas únicas e absolutas para uma questão, mas maneiras possíveis de problematizar e diferentes teorias para abordá-las.

O sujeito da ciência é um sujeito deslocado (HERBERT, [1967] 1995), já que ele organiza e atualiza os já-ditos na busca por respostas. Esse sujeito da ciência rompe com os sentidos pré-estabelecidos porque reorganiza os já-ditos e produz algo diferente daquilo que é esperado dele enquanto assujeitado pela ideologia dominante. E, ao romper, ele persegue uma verdade a partir do seu olhar de pesquisador. Nessa mesma via, o sujeito pode deslocar os sentidos estabilizados de modo a produzir o que também não é esperado dos sentidos em movimento enquanto organização de discurso: há aí um duplo rompimento – entre o sujeito e o que é esperado dele, e entre o discurso e o que é esperado dele.

O curso do discurso, mesmo quando afasta alguns sentidos, a fim de romper com as evidências, reorganiza-se, aproxima dizeres antes “impensados” e produz conhecimento. Um movimento importante – não aleatório, pois parte de um método teórico específico – que coloca em jogo permanente a inclusão e a exclusão de informações, em um trabalho – parcial ou totalmente inconsciente – do sujeito com a língua(gem).

E o que o rompimento com os já-ditos promove? Como, nesse viés, entender as noções trabalhadas por Pêcheux enquanto corte epistemológico e corte continuado?

Há duas possibilidades, inicialmente discutidas por Pêcheux, no que se refere à noção de corte, sendo que, em um segundo momento de reflexões teóricas mais maduras, esse autor funde-as em uma só. A primeira delas, então, considera o corte epistemológico “o ponto ‘sem regresso’” (PÊCHEUX; BALIBAR, 1971, p. 11) como fundamental para a produção de conhecimento, uma vez que o sujeito propõe uma reorganização dos saberes até então estabelecidos, de modo a romper com tudo que já foi dito antes. Questão essa que Pêcheux defende em seus trabalhos iniciais, mas que, depois, desenvolve até chegar à sua reflexão sobre o corte continuado. É o efeito de “ruminação” de que fala Fenoglio (2013), sendo a ideia recuperada/repensada/reconstruída até o momento em que é ressignificada, mas, em seguida, já reestabelece sentido(s) no fio do discurso.

Partir do conceito de “ruminação” (FENOGLIO, 2013) e pensar, então, os dois movimentos – interior e exterior ao sujeito em relação ao conhecimento – permite refletir sobre a relação que o sujeito pode promover entre os dizeres já-ditos, uma

vez que ele pode romper com os saberes estabilizados tanto na relação que estabelece com os seus escritos e o que por ele foi dito quanto na relação que faz com os escritos de outros sujeitos. Assim sendo, a “ruminação” se dá como um movimento necessário para a produção de conhecimento e fundamental para que assegure o (re)estabelecimento com o fio do discurso que permite que o discurso continue produzindo sentido.

O corte continuado, por sua vez, é explicado por Pêcheux ([1975] 2009, p. 182) como “o processo de produção dos conhecimentos [...] coextensivo às ideologias teóricas das quais ele não cessa de se separar, de modo que é absolutamente impossível encontrar um puro ‘discurso científico’ sem ligação com alguma ideologia”. Sendo assim, conforme já sinalizado, Pêcheux propõe, de fato, que, mesmo que rompa com os já-ditos, o sujeito da ciência permanece afetado pela ideologia, de modo que a produção de conhecimento não escapa desse atravessamento. Essa noção é a que segue sendo defendida pelo autor, certamente, pelo entendimento de que, mesmo que haja uma reorganização dos saberes, o sujeito precisa estabelecer uma continuidade do seu discurso, garantindo, assim, a produção de sentido dos/pelos interlocutores/receptores do discurso em questão.

Em um estudo conjunto, realizei alguns *Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux* (PETRI; SILVA, 2016). Considerei, para tanto, não só as noções de corte epistemológico e de corte continuado, mas também, entre outras questões, a importância de se tomar a historicidade como constitutiva da produção de conhecimento sobre a Ciência (na) Linguística. Destaco, de lá, que “a noção de corte continuado colabora para que possamos refletir sobre a constituição de uma historicidade das e nas ciências” (PETRI; SILVA, 2016, sp.).

No que se refere à teoria pecheuxtiana, infiro que ela, ao mesmo tempo em que promove reflexões, demonstra-as em seu discurso. Não constitui elucubrações e/ou desvendamentos; não há nada escondido no discurso. O que há são demonstrações de que a teoria se desenvolve na própria prática discursiva, ou seja, é o corte continuado que possibilita que os deslocamentos do discurso, ainda assim, produzam sentidos (possíveis).

3.2. SOBRE O LUGAR SOCIAL DO TRABALHO INTELECTUAL

> [...] “cientistas”: vocês, a quem chamam de fabricantes-utilizadores de instrumentos, vocês acreditam poder ainda por muito tempo escapar à questão de saber para quê vocês servem e quem os utiliza? (PÊCHEUX, [1982] 2014, p. 64).

Problematizar o que parece dado/instaurado/posto é, a meu ver, entre tantas outras, uma grande contribuição de Análise de Discurso pecheuxtiana. Questionar e tirar da evidência os sentidos possíveis é, para Pêcheux, um mote; constitui o curso do discurso. E é tudo isso que me motiva a refletir acerca do sujeito e do discurso que produzem conhecimento enquanto ciência, além do fato de que eles perfazem, também, um processo político.

No entanto, considero o discurso da ciência não só um processo político, mas também ideológico, porque, assim como em outras condições de produção sociais e/ou históricas, ele impõe uma divisão: há aqueles que podem e aqueles que não podem produzir o discurso da ciência; há aqueles que podem e aqueles que não podem tomar uma posição frente ao discurso da ciência. Afirma Pêcheux ([1982] 2014, p. 60): “a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar [...] as ditas ‘interpretações’ [...]”. Há, portanto, de acordo com Pêcheux ([1982] 2014, p. 61), uma “divisão social do trabalho de leitura”, o que instaura um lugar social do trabalho intelectual.

E é nessa esteira que avultam questionamentos sobre quem, o que e onde se produz e se publica esse discurso que se encaixa nos moldes do que se espera da ciência e do sujeito da ciência. É também, portanto, com as representações de sujeito e de discurso que estou trabalhando, já que sei que as condições de produção de qualquer discurso, bem como a idealização que se faz tanto de locutor(es) quanto de interlocutor(es) da/na ciência são quesitos fundamentais para compreender um pouco melhor toda a gama de atravessamentos que constitui um discurso.

O viés questionador da Análise de Discurso impulsiona-me enquanto pesquisadora: quando problematiza, o sujeito desestabiliza e promove a movimentação dos saberes (ainda que inconscientemente) estabilizados. É mesmo uma provocação: ao trabalhar com a não transparência do sujeito e do discurso por ele produzido, tem-se indicada a questão do(s) sentido(s) em movimento.

E a história, nesse âmbito, reforça seu lugar enquanto noção fundamental para a constituição da memória, do discurso e do interdiscurso que atravessa o sujeito e a produção de conhecimento. Compreendo que não há possibilidade de produzir um discurso sem atravessamentos, assim como não há como falar de discurso do sujeito da ciência sem considerar os discursos até então produzidos quando versam sobre discurso, sujeito e ciência, sobretudo, na área da Análise de Discurso, aqui destacada por constituir o mote deste estudo.

Quando Althusser (1967) versa sobre as dificuldades do discurso teórico – e aqui considero o discurso da ciência como um trabalho intelectual que se dá por meio do discurso teórico –, ele afirma que o discurso teórico é aquele que tem por efeito o conhecimento de um objeto. Sendo assim, entendo que esse discurso trabalha mesmo com um efeito de conhecer/saber. É o modo de apresentar-se o discurso, bem como o lugar social que o sujeito ocupa que constituem também o trabalho intelectual.

Sobre as dificuldades da terminologia do discurso teórico, Althusser (1967) toma como princípio a dificuldade de trabalharem-se os conceitos teóricos. Para exemplificar o que está a afirmar, ele toma a palavra “trabalho”, que não tem sua significação somente relacionada à evidência (ideológica) familiar que defende que o trabalho é fundamental para o sustento da casa/da família. Marx desenvolveu um conceito para essa palavra, sendo que ele – ainda – remete a outros conceitos: “os conceitos de processo de trabalho, de força de trabalho, de trabalho concreto, de trabalho abstrato etc.” (ALTHUSSER, 1967, p. 51)”. Disso infiro, conforme segue o autor, que, portanto, não é a palavra em si que passa a significar diferentemente, mas é a conjunção de seus sentidos que permite a formação de um conceito teórico.

É então que recupero as palavras de Pêcheux ([1983] 2002) para refletir sobre o que mobilizam as noções de ler, descrever e interpretar, entendendo que o lugar social do trabalho intelectual constitui, ele mesmo, um espaço que se mescla e que se funde na interpretação do discurso. Estando o sujeito, ao mesmo tempo, livre e assujeitado, considero que ler constitui uma aproximação do sujeito à língua, ainda

que o processo em si não justifique, nem esteja condicionado à produção de sentido: o sujeito pode ler e não compreender nada – o idioma, a ortografia, a associação de palavras e/ou ideias –, por exemplo; da mesma forma, o sujeito pode ler e não conseguir estabelecer relações necessárias por elas não fazerem parte do seu espaço discursivo – seria o caso de um discurso permeado de termos técnicos, por um lado, ou, ao contrário, um discurso permeado de termos da oralidade e/ou de regionalismos.

Já admitindo que o sujeito seja "capaz" de ler, considero, então, que descrever e interpretar são noções que devem ser associadas em batimento, já que para descrever é necessário interpretar, sendo a recíproca verdadeira. Descrever, assim como interpretar, é uma tomada de posição assumida pelo sujeito, sempre sujeita às falhas, às faltas e ao equívoco – próprios ao discurso:

> O objeto da linguística (a própria língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação das significações estabilizadas, normalizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, [1983] 2002, p. 51).

Tanto descrever quanto interpretar, noções complexas que venho propondo-me a percorrer, mostram-se como noções que mobilizam e dependem da associação de discursos e de sentidos diversos. Em meu entendimento, por exemplo, frente a um mesmo discurso em específico, dois sujeitos podem descrever e interpretar – e, provavelmente, descreverão e interpretarão – de maneiras distintas. E isso se deve ao fato de que cada sujeito estabelece relações particulares com a exterioridade, com a ideologia e com a história.

São "coisas a saber", de acordo com Pêcheux ([1983] 2002, p. 54), os sentidos tomados a partir de "redes de memória", sendo também interações e transferências de sentidos possíveis e não quaisquer que sejam elas. Mobilizar as "coisas a saber" da Física, por exemplo, limita muito a construção de sentidos acerca da Linguística, ainda que essa relação não seja impossível, ela é restrita.

O sujeito que, situado em um lugar teórico/acadêmico/científico determinado, toma um questionamento como norteador das suas "coisas a saber" está habilitado a mobilizar os dizeres já-ditos sobre a sua área do saber. Um lugar instituído que não somente é social, mas também político e ideológico, quando considera-se que

esse sujeito não escapa do assujeitamento à língua, à história e às condições de produção enquanto premissa para significar.

Refletir sobre o lugar social do trabalho intelectual remete a uma série de relevantes questionamentos sobre o papel do sujeito que produz conhecimento, sobretudo na contemporaneidade, uma vez que perfaz-se de uma linha tênue entre admiração e desdém. Não são todos os sujeitos que podem assumir esse lugar, mas também não são todos os sujeitos que almejam tal lugar. No que se refere à escrita de artigos, as exigências de produção, por exemplo – impostas ao campo acadêmico –, também limitam de certa maneira em se considerando que ela demanda rapidez, eficácia e publicidade em periódicos de *status*. Tudo isso organiza, classifica e obriga a trabalhar-se como máquinas de produção de conhecimento.

Nesse âmbito, as questões políticas, sociais e econômicas também assujeitam os sujeitos, de modo que o acesso às instituições de ensino superior, por exemplo, condiciona-se ou à alta competitividade por vaga – em se tratando de instituições públicas – ou aos altos custos mensais – no caso das instituições privadas. Questões essas que recuperam um pouco sobre o que se pode considerar acerca de um lugar social ao trabalho intelectual do sujeito, já estabelecido bem antes de qualquer intervenção, uma vez que ele em sua constituição é assujeitado à ideologia.

3.3. SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

> [...] para pesquisar é preciso nos esfacelarmos em múltiplos pedaços para nos lançarmos em um caminho incerto, nos engajarmos em um caminho obscuro rumo a um lugar incerto. Pesquisar é também nos expormos. Não existe pesquisa sem exposição ao outro e às bizarras da viagem. É navegar em busca de portos novos, terras novas, é transitar pelo não senso – o não dizível – é retornar a nossa origem com novos sentidos. Viver em pesquisa, no sentido de dar voz ao eu pesquisador, é nos deixarmos levar pelos sentidos dados, é assumir as nossas limitações, é encontrar sentido nas palavras do outro, é encontrar sentido no saber, espectro da verdadeira mudança. A navegação aludida aqui é a navegação pelo deslizamento do desejo, que nos permite tentar falar da falta pesquisando novos sentidos (SCHERER, 2006, p. 18).

Para Scherer (2006), o sujeito não escapa da exposição das suas ideias ao outro. E é também nessa/por essa exposição que os saberes constituem-se, uma vez que conhecimento também é troca, é “encontrar sentido nas palavras do outro” (SCHERER, 2006, p. 18). Mobilizar os sentidos dados, da mesma forma, é o que move o sujeito da Ciência (na) Linguística, sempre buscando desconstruir/esfacelar os já-ditos que parecem estabilizados e/ou transparentes. O discurso, sabe-se, é pleno de sentidos possíveis; cabe ao sujeito mobilizá-lo, de modo a transitar do não-dito ao dito, possibilitando a produção de conhecimento.

Entendo que há certo prestígio conferido ao discurso produzido enquanto ciência na contemporaneidade, principalmente, no que diz respeito à expectativa gerada a partir dessa superfície discursiva que promove, entre outros, informação, diversão e bem-estar. Essa é uma relação que se articula por meio da linguagem e é a motivação que tenho para pensá-la enquanto constitutiva de uma questão maior, a saber, a própria produção de sentido em torno do discurso do sujeito da ciência, meu objeto de estudo.

Podendo ser pensada em seu âmbito científico e/ou tecnológico, Guimarães (2009) alerta para o viés político da ciência. Enquanto comunidade científica, por um lado, a ciência é produzida por e destinada *a* especialistas, fato que implica uma ampla divulgação de resultados que permite a sua comprovação e/ou refutação

pelos pares. É a divulgação científica que, em grande parte, movimenta não só a organização e a participação em eventos/seminários/congressos, mas também a publicação de resultados de pesquisa em periódicos especializados e devidamente enquadrados no modo de avaliação vigente. Por outro lado, a ciência enquanto circulação de conhecimento envolve "um conjunto de relações político-enunciativas entre Estado, cientista, sociedade e mídia" (GUIMARÃES, 2009, p. 7). Produz-se e consome-se uma ciência que busque e aplique resultados a problemas sociais, como, por exemplo, o desenvolvimento de medicações eficientes, o aproveitamento inteligente e sustentável dos bens naturais (água, vento, sol, terra), o uso da tecnologia para encurtar distâncias geográficas, etc.

Constituir-se-iam, então, a meu ver, dois "lugares discursivos" (PÊCHEUX, 1968): o do discurso da comunidade científica e o do discurso da circulação de conhecimento. Esses lugares discursivos, por sua vez, misturam-se e variam, também de acordo com as condições de produção de cada discurso:

> *Les discours monologues empiriquement recueillis renvoient en fait à des combinaisons variables de conditions de production entremêlées. Mettre dans une même classe C_x – appelée corpus – surfaces discursives empiriques, c'est faire l'hypothèse qu'une même condition de production est dominante pour toutes les surfaces de la classe C_x, encore que mêlée à d'autres conditions dans des combinaisons qui varient d'une surface à une autre dans C_x*[37]. (PÊCHEUX, 1968, p. 115, itálico meu).

Tudo isso posto, o que se apresenta, para mim, é que esses dois campos não são estanques e não têm o seu fim em si mesmos, uma vez que o que é dito na Escola, por exemplo, pode – e deve – considerar o que é dito em publicações especializadas: os cientistas produzem e consomem teoria "através de periódicos especializados impressos, livros e periódicos por meio eletrônico, enquanto a divulgação científica se realiza pela Escola, tal como tradicionalmente, assim como por outros meios impressos e eletrônicos" (GUIMARÃES, 2009, p. 7). Embora possuam diferentes condições de produção de seus discursos, não posso afirmar que a produção de conhecimento não seja atravessada pela divulgação científica; pelo contrário, afirmo que elas mantêm entre si uma ampla relação social, política e

[37] Tradução minha: Os monólogos empiricamente coletados nos encaminham de fato a combinações variáveis de condições de produção entrelaçadas. Colocar em uma mesma classe C_x – chamada corpus – superfícies discursivas empíricas, é fazer a hipótese que uma mesma condição de produção é dominante para todas as superfícies da classe C_x, ainda que misturada a outras condições nas combinações que variam de uma superfície a outra dentro de C_x.

histórica, pois não há como produzir conhecimento sem considerar o que foi dito antes. Questiono-me, então:

Quem pode produzir ciência? Quem deve produzir ciência?

Refletindo acerca da circulação de conhecimento em específico, sou direcionada a pensar sobre a aceitação pelos pares como um mo(vi)mento fundamental para o estabelecimento da teoria pelo sujeito, sendo que é por meio desse crivo que o autor recebe um retorno da crítica especializada no assunto – que pode ser positiva ou não – sobre sua a pesquisa em desenvolvimento. Uma das características fundamentais das publicações científicas periódicas que têm prestígio na comunidade acadêmica é o sistema de revisão e posterior aceitação pelos pares. Tal sistema consiste na análise crítica dos trabalhos submetidos para publicação, realizada sempre por profissionais e por pesquisadores de reconhecida competência na área de conhecimento em questão.

O crivo e a aceitação pelos pares faz parte da política editorial dos periódicos brasileiros que se enquadram dentro do modelo de avaliação da Capes, por exemplo, e, em um primeiro momento, vai determinar quem pode produzir ciência. É esse sistema que garante – parece garantir, ao menos – que o conhecimento científico distancia-se do conhecimento ideológico, já que há avaliações específicas e padronizadas a cada área do saber.

E, para além desse sistema formal, o que faz com que os resultados de dadas pesquisas estejam no fio do discurso? O movimento de leitura e de leitores, por exemplo, que também não são quaisquer um, já que as teses para existirem precisam ser lidas, citadas, criticadas, acomodadas, contrariadas, discutidas pelos pares e por todos aqueles que vêm depois e que vão ocupar uma dada posição na produção e na circulação de conhecimento.

Volto, neste momento, a refletir sobre o lugar social e, ao lado disso, sobre as demandas da ciência para pensar a exterioridade como constitutiva da produção e da circulação da ciência. Problematizando fatos que já parecem estabilizados, coloco-me em um lugar de desconforto frente ao dado, a fim de pensar o político desse/nesse discurso, visto que há, de acordo com Guimarães (2009), ao menos, duas demandas para a ciência, uma espontânea e outra induzida. Nessa abordagem, seria a demanda espontânea tão somente aquela motivada (ainda que inconscientemente) pelas inquietações do sujeito pesquisador, ou seja, aquela em que o sujeito se propõe a responder questões de ordem outra que não tenha

diretamente visibilidade social; a demanda induzida, por sua vez, seria aquela que obedece aos órgãos de fomento e têm, portanto, uma motivação de viés econômico de interesse do Estado; idealizadamente realizada com objetividade.

O que Guimarães (2009) auxilia a compreender é que não se pode separar um discurso das condições em que ele foi produzido, nas palavras do autor: “passa a fazer parte da questão científica não só produzir conhecimento, mas saber que sua produção não é inseparável daquilo que o tornou possível nem do que passa a poder ocorrer ou ocorre como uma decorrência quase necessária” (GUIMARÃES, 2009, p. 9). É ingênuo pensar que um discurso é produzido enquanto tal sem nenhum atravessamento social, político ou ideológico, sabendo-se que ele sempre é produzido por um sujeito que inevitavelmente estabelece relações com as condições de produção a que está assujeitado.

O que se entende, de fato, é que há um “deslocamento da tônica” (PÊCHEUX, 1971, p. 50), considerando-se que se instauram ideias teóricas “novas”; há também um sujeito que se desloca no sentido de promover um corte epistemológico – um rompimento teórico – e, logo em seguida, voltar à ordem do discurso e garantir que o corte seja continuado. Nesse viés, há a figura de um sujeito deslocado (HERBERT, [1967] 1995) e concordo com tal proposição na medida em que esses deslocamentos são constitutivos, não só de uma posição-sujeito específica – a de sujeito da Ciência (na) Linguística –, mas também de uma teoria “nova” – que passa a considerar o sujeito e os seus atravessamentos sociais, ideológicos e políticos como fundamentais para a produção de conhecimento.

3.4. SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA TEORIA E NA PRÁTICA DO DISCURSO

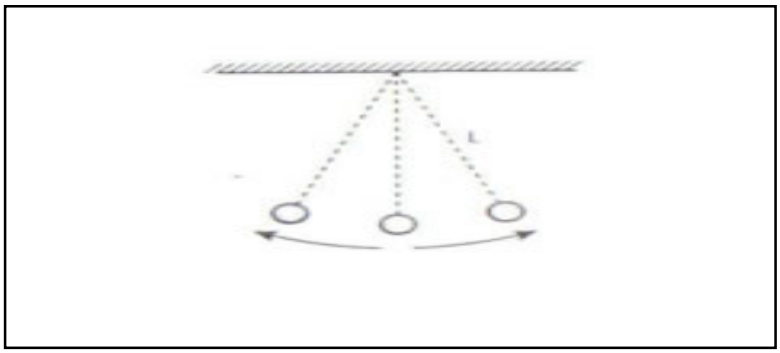
> Suponhamos que o leste represente a teoria, e o oeste represente a análise ou vice-versa: o movimento pode ser observado no sentido leste-oeste ou oeste-leste [...]. Não há uma predeterminação que estabeleça onde tem início o movimento pendular que o analista de discurso realiza em seu trabalho, ela pode ou não ter início na teoria (PETRI, 2013, p. 42).

Não deixando de apreender a circulação do conhecimento como fundamental para a produção de sentido, mas focando minhas reflexões no movimento pendular que compreende a produção de conhecimento, retomo, neste momento, as proposições de Petri (2013). A autora fala de um batimento necessário entre sujeito e teoria, e, nessa perspectiva, também entre teoria e análise, de modo que se constitua uma relação de vaivém. Mais um curso – possível – previsto pela/para a teoria (na) Linguística.

Pensar o pêndulo, sugere, também, a dimensão de noções que podem ser colocadas em (dis)curso para refletir sobre a ciência e o sujeito da ciência. Encaminha, também, a dimensão histórica, ideológica e social, constitutiva da produção de conhecimento, uma vez que o vaivém prevê um batimento entre o sujeito da ciência – inevitavelmente – afetado pelas condições de produção do seu discurso e/ou pela teoria (linguística) e/ou pela prática de análise.

Quando versa sobre o dispositivo de análise próprio à Análise de Discurso, tal como é feita no Brasil atualmente, Petri (2013, p. 40) afirma que ao considerar os sentidos de pêndulo “enquanto objeto material que tem uma história e que constitui a historicidade de diferentes áreas do conhecimento” é possível refletir sobre as possibilidades de mobilização simbólica na análise de discurso. Com essa reflexão, entendo não só que há uma historicidade que permeia os conhecimentos sobre pêndulos, mas também que há uma historicidade que permeia os saberes sobre a produção de conhecimento, sendo essa relação não de exclusão, mas de imbricação:

Figura 1 – Pêndulo simples:



Disponível em: https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/ead/pages/fisica/unidade21/material.htm. Acesso em: 18 mar. 2016.

Os saberes não se excluem, mas se complementam. Os conhecimentos possíveis sobre pêndulos direcionam, por exemplo, a uma gama de sentidos que gira em torno do fato de que há um objeto qualquer suspenso por um fio inextensível e fixado a um eixo, inicia-se um movimento de vaivém, sendo a sua velocidade relacionada ao comprimento do fio e à aceleração da gravidade. A motivação externa, como se vê, interfere no pêndulo, é ela que define o movimento – no vácuo, por exemplo, o pêndulo oscilaria de maneira uniforme infinitamente.

Aproximando tais questões das noções teóricas do âmbito discursivo, entendo que a exterioridade que constitui os saberes sobre a produção de conhecimento não pode excluir a historicidade. Os saberes sobre a Análise de Discurso são constituídos por noções teóricas bem delimitadas e é importante considerar que, em se tratando de discurso, o sujeito não está no vácuo, e sim em constante produção de sentido, atravessado pelo interdiscurso, pelas Formações Discursivas e Ideológicas, entre outras questões:

> A Análise de Discurso, é bem verdade, não tem uma metodologia única e facilmente descritível, como as áreas mais formais da ciência linguística dizem ter; mas isso não significa não ter metodologia de análise, bem como não significa que qualquer um sob um pretexto qualquer possa desenvolver um dispositivo teórico-analítico em Análise de Discurso. É preciso, primeiro, respeitar a teoria e, depois, conhecer bem as noções teóricas e, com isso, poder mobilizar tais noções constituindo uma análise do discurso em questão (PETRI, 2013, p. 41).

E esse batimento entre teoria e noções teóricas até chegar à análise de um discurso em questão requer que o sujeito analista apreenda a metodologia própria à Análise de Discurso, uma vez que o fazer analítico exige não só o entendimento de preceitos básicos, mas também a capacidade de deslocar conhecimentos dados que parecem evidentes. O percurso discursivo compreende, ele mesmo, a problematização e o deslocamento dos saberes estabilizados.

A Análise de Discurso pecheuxtiana coloca em questão a transparência e a neutralidade do sujeito e do discurso. Perfaz um de seus motes considerar a ideologia como aquela que interpela o sujeito e o faz assumir uma posição-sujeito, dentre outras possíveis, de acordo com as condições sociais e históricas da qual é sujeito e das quais não pode escapar de ser assujeitado.

Os conhecimentos pré-construídos mobilizados pelo sujeito reforçam o fato de que há uma gama de dizeres já-ditos que permitem que o sujeito discursivize e que assuma posições-sujeito diferentes, de acordo com os lugares discursivos no qual ele se insere, bem como de acordo com os sujeitos que objetiva atingir enquanto leitores/interlocutores. O espaço discursivo, porém:

> [...] não é sinônimo de posição, já que pode abrigar, no seu interior, diferentes e até contraditórias posições de sujeito. Por isso, devemos tomar o lugar discursivo como um espaço constitutivamente heterogêneo, onde se materializam as diferentes imagens projetadas pelos interlocutores de um discurso (GRIGOLETTO, 2005, p. 158).

O que Grigoletto (2005) auxilia a entender é que considerar a produção de conhecimento constituindo um espaço discursivo específico, principalmente se comparado ao espaço discursivo que compreende a divulgação científica, não implica uma equivalência a uma posição-sujeito específica. Dentro do que se propõe, não só a produção de conhecimento, mas também a divulgação científica são constituídas por diferentes posições-sujeito, diferentes formações ideológicas e discursivas. Um espaço heterogêneo, portanto.

Não se pode afirmar que, em um espaço discursivo, uma posição-sujeito esteja fadada a produzir sempre os mesmos discursos. Isso seria, por exemplo, como afirmar que o sujeito da Ciência (na) Linguística discursiviza sempre acerca da mesma teoria e mobiliza somente um número limitado de noções teóricas. Não se trata de uma questão de quantificar um discurso, mas de destacar nele marcas que o aproximem de determinadas condições sociais e históricas de produção e não outras:

> Na passagem para o espaço teórico, no nosso caso, para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica (GRIGOLETTO, 2005, p. 155-156).

O que se propõe, portanto, é que o lugar social que o sujeito ocupa, constituído por posições-sujeito heterogêneas, determinará o lugar discursivo, mas não o(s) discurso(s) e o(s) sentido(s) mobilizados, pois eles podem sempre ser outros. Nesse sentido, entendo que o sujeito da Ciência (na) Linguística pode, por

exemplo, discursivizar acerca do ponto de vista discursivo, textual ou fonético, e isso dependerá tão somente das suas inquietações frente à teoria.

A produção de conhecimento, enquanto lugar discursivo que visa um público especializado, engendra diferentes posições-sujeito: o discurso pode ser produzido, por exemplo, por um professor, por um pesquisador ou por um aluno. E é por ser atravessado pela história, memória discursiva e formação ideológica que a sua heterogeneidade se constitui, questões essas que direcionam a acreditar que posições-sujeito diferentes podem, sim, formar um único lugar discursivo.

Não são, entretanto, posições-sujeito totalmente afastadas entre si, uma vez que elas partilham de uma mesma memória discursiva, ou seja, os dizeres já-ditos sobre determinada noção teórica constituem um saber que atravessa, por exemplo, o discurso do professor e do aluno. Cabe, portanto, a cada sujeito, no momento em que toma uma posição frente a um discurso, mobilizar um conhecimento e não outro.

Nesse âmbito, Lagazzi (2011) alerta para o fato de que diferentes posições-sujeito requerem diferentes condições de produção de discurso e, por sua vez, diferentes processos de leitura e de interpretação: “E o que significa falar de diferentes condições possíveis para a leitura?” (LAGAZZI, 2011, p. 49). Significa, a meu ver, que, como já venho afirmando não só nesta dissertação, mas também em análises anteriores, a produção de conhecimento dá-se pela conjugação de condições de produção e de leitura de um discurso em questão.

Acerca da especificidade da noção de leitura, com base no que afirma Orlandi (2012), entendo-a como um atravessamento necessário à produção de discursos, constituída a partir das condições de produção e de antecipação/projeção imaginária do outro do/no discurso. Nas palavras da autora, “acontece que, na própria produção discursiva, há a inscrição do outro” (ORLANDI, 2012, p. 61). Assim sendo, considero que o sujeito produz o seu discurso antecipando produzir sentidos para, dessa forma, fazer-se compreender, bem como que o leitor produz sentidos a partir da leitura e das condições de produção da leitura:

> Não se pode falar do lugar do outro; no entanto, pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor-virtual que lhe corresponde, como um seu duplo (ORLANDI, 2012a, p. 61).

A noção de leitura constitui, portanto, um processo no qual a produção de sentido está imbricada não só ao sujeito que produz um discurso e mobiliza os sentidos possíveis sobre determinada questão – o sujeito-autor –, mas também às condições sociais, políticas e históricas que circunstanciam uma tomada de posição frente à leitura – o leitor virtual, projetado, imaginariamente, pelo sujeito-autor –, em um lugar discursivo específico.

Volto, pois, à questão do lugar discursivo para destacar, a partir de Orlandi (2012a), que há um espaço característico à produção de conhecimento e/ou à produção de leituras, sendo que ele não vai determinar e delimitar a constituição de sentidos, já que o sujeito é capaz de mobilizar e de problematizar todo e qualquer discurso que se revele como neutro, estabilizado, estático e/ou evidente. Infere-se, nesse viés, que a produção de conhecimento, enquanto uma representação que o sujeito expõe, por meio de uma tomada de posição, nada mais é do que a apresentação de uma leitura possível acerca de determinado assunto: a leitura faz parte do processo que possibilita a interpretação.

3.5. SOBRE O *DISCURSO SOBRE*

De acordo com Orlandi (2008a), o “discurso sobre” pode ser entendido como aquele que permite organizar diferentes vozes. Com base nisso, compreendo que o “discurso sobre” a ciência, por exemplo, pode ser identificado em diferentes materialidades discursivas que se propõem a refletir sobre, discutir e/ou problematizar o que está sendo produzido e classificado enquanto produção de conhecimento em determinado momento sócio-histórico:

> Os “discursos sobre” são uma das formas cruciais da institucionalização do sentido. É no “discurso sobre” que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar diferentes vozes (dos discursos *de*). Assim, o discurso *sobre* o samba, o discurso *sobre* o cinema são parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *do* samba, *do* cinema etc. O mesmo se passa com o discurso *sobre* o Brasil (no domínio da história). Ele organiza, disciplina a memória e a reduz (ORLANDI, 2008a, p. 44, aspas e itálicos da autora).

O “discurso sobre” possibilita – e, ao mesmo tempo, exige – que haja uma tomada de posição do sujeito que está a discursivizar, já que ele apresenta um ponto de vista (ou mais) sobre o que está sendo representado no discurso em questão. Entendo que o “discurso sobre” perfaz a gama de possibilidades de produção de sentido sobre um referente; constituindo, nesse viés, o interdiscurso (que reúne todo o dizer já-dito), a história e a própria memória sobre algo/alguém.

Tomar um discurso e versar sobre ele é um trabalho linguístico fundamental, considerando que o processo em si garantirá o estabelecimento de relações discursivas do sujeito frente à língua e, da mesma forma, frente a outros sujeitos – e à própria teoria em questão, considerando a especificidade do discurso do sujeito da ciência. Para tanto, inicialmente, o sujeito precisa partir do pressuposto de que possui certa liberdade para mobilizar determinados conceitos e não outros. Isso constitui o imaginário do sujeito, como propôs Pêcheux ([1975] 2009), já que o que se afirma aqui perpassa a questão dos esquecimentos nº 1 e nº 2 – que são, na Análise de Discurso, noções importantes para a constituição do sujeito e dos sentidos sobre o sujeito e a teoria do discurso:

> Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo o sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase [...].
> Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, [1975] 2009, p.161-162).

O sujeito, portanto, coloca-se na origem do que diz para ser chamado à existência, ou seja, supõe-se aí uma articulação entre ideologia e inconsciente e produz-se um tecido de evidências subjetivas. É esquecendo-se do que o determina enquanto sujeito, bem como da constituição do seu discurso por meio de discursos outros, que o sujeito produz o seu discurso. Ele “precisa”, pois, manter a ilusão de ser a origem do seu dizer (esquecimento nº 1), bem como a ilusão da literalidade/realidade do seu dizer (esquecimento nº 2) para se significar e significar aos outros sujeitos. Ainda que esteja formulando sobre um discurso, o sujeito precisa acreditar, também nessa esfera, que o que ele afirma tem algo de inédito e de particular, bem como que o seu discurso é literalmente compreendido por outro(s) sujeito(s).

A noção de que o discurso (re)produz e/ou transforma os sentidos – da qual fala Pêcheux ([1975] 2009) – se faz fundamental para apreender um pouco mais sobre esse movimento de sentidos. É particular, conforme anteriormente afirmado, em se considerando que constitui um processo – que se inicia com um questionamento “x” do sujeito frente à teoria e à língua – e que, inclusive, pode encaminhar uma “crise” (ALTHUSSER, 1976) da teoria.

Pensar o discurso e, por meio dele, pensar o discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística aproxima estas reflexões do âmbito da produção de conhecimento enquanto uma tomada de posição do sujeito frente à língua, bem como frente à história, à memória e à ideologia. Orlandi (2012a), ao descrever o discurso como volúvel, variável e errante, conclui que seria ele, por si só, uma versão.

É porque o sujeito está assujeitado à língua, dependendo dela para poder significar, que a Formação Ideológica e, dessa maneira, a Formação Discursiva admitem a interpelação do sujeito historicamente constituído. Faz-se fundamental explicitar aqui que as referidas noções de Formação Ideológica e Formação Discursiva são assim concebidas por Pêcheux: “Chamaremos, então, Formação Discursiva aquilo que, numa Formação Ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 147). A noção de interdiscurso, nesse aspecto, também precisa ser considerada, já que é o interdiscurso que determina a Formação Discursiva, porque é constituído de todo o dizer já dito: “[...] o interdiscurso aparece como puro ‘já dito’ do intradiscurso, no qual ele [o sujeito] se articula por ‘correferência’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 154, grifos do autor).

Compreendo, então, que a Formação Ideológica constitui-se na/pela luta de classes, de modo que os vieses político e econômico estabelecem-se mutuamente. Da mesma forma, considero o sujeito em relação à Formação Discursiva que o constitui, sendo que a ela dissimula a contradição do interdiscurso (PÊCHEUX, [1975] 2009). Tudo isso conduz minhas reflexões no sentido de que os sentidos que o sujeito mobiliza em seu discurso aparecem como evidentes e/ou objetivos – e até inéditos –, ainda que o interdiscurso seja formado por todo o dizer já dito e que o discurso sempre possa ser outro.

Tais concepções direcionam-me a entender, junto com Petri (2004, p. 46), que “falar em posição-sujeito é necessariamente falar em possíveis desdobramentos

que a forma-sujeito[38] pode ter no interior de uma FD [Formação Discursiva]". Desse modo, portanto, proponho a diferenciação entre o sujeito empírico e aquele resultado dos processos político-sociais, pois é somente este último que pode figurar na superfície discursiva do sujeito da ciência, tal como é concebido neste trabalho.

É por tudo isso que compreendo o discurso sempre como uma versão sujeita à falha, à falta e/ou ao equívoco, porque é atravessado pela ideologia. Desse modo, concebo também a própria história como uma representação dos fatos, já que ela representa por si só uma interpretação. A partir do que Pêcheux propõe em seus estudos, dos quais destaco a obra **Discurso: Estrutura ou acontecimento** (PÊCHEUX, [1983] 2002), percebo a história como a interpretação de fatos ocorridos em determinado momento, é aquilo que falha e escapa – o que o autor chamará de real. Considero a história uma representação e o real aquilo que falha em uma construção, sempre um ponto de vista do sujeito, porque o sujeito é chamado a ser sujeito de seu discurso e não escapa de equívocos e derivas inerentes à interpretação. E interpretar é mesmo, nessa leitura, atribuir sentidos a questões que parecem, de início, estabilizadas e transparentes, mas que, por estarem em funcionamento na língua, se mostram em contínua formulação.

O que Pêcheux ([1983] 2002) reforça quando versa sobre *Ler, descrever e interpretar* é que toda descrição "está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro" (PÊCHEUX, [1983] 2002, p. 53). Infiro, com isso, que o discurso não pode ser tomado como transparente e/ou evidente, pois ele é denso, espesso, complexo. É também opaco, pois não mostra todos os saberes que o constituem enquanto tal, uma vez que o sujeito mobiliza variadas ideias – teóricas ou não – de modo a produzir sentidos.

Considero que a tomada de posição do sujeito da ciência relaciona-se sempre a um gesto de interpretação frente ao discurso – neste caso, o discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística. Assim, as verdades construídas na ciência podem representar, então, uma versão, posto que são uma relação particular que o sujeito da ciência estabelece a partir da realidade que o cerca, constituindo um gesto de

[38] A forma-sujeito é aqui entendida, a partir de Pêcheux (1975), como aquela que possibilita a interpelação-identificação do sujeito com a Formação Discursiva na qual se inscreve.

interpretação; relação essa que também se dará a partir da leitura/avaliação de outros sujeitos, de maneira a garantir a circulação do conhecimento:

> [...] descrever e interpretar um conjunto textual é se interrogar sobre o seu funcionamento, colocando em jogo forma e sentido, forma e função; é, por consequência, entender as suas regularidades, mas também as [...] suas variações discursivas. Isto supõe um gesto de interpretação [...] (SCHERER, 2006, p. 13).

Seria um tanto quanto ingênuo tomar a história em sua materialidade e negar a sua interpretação, bem como a sua circulação; da mesma forma, seria ingênuo supor que há possibilidade de escapar desse procedimento. Nesse âmbito, também não cabe acreditar que o sujeito produz um discurso, qualquer que seja – contemplando a superfície discursiva própria ao sujeito da Ciência (na) Linguística ou ao sujeito da Física, por exemplo, ainda que os discursos sejam sempre afetados pela ideologia –, sem constituir(-se) na/pelas condições sociais e históricas de produção do(s) discurso(s). Como considerar a objetividade do sujeito – marcada na língua em funcionamento – e dos sentidos que ele mobiliza se o discurso é sempre discurso de um sujeito? É essa impossibilidade que busco explicitar no presente trabalho; é esse o meu lugar de reflexão.

PALAVRAS FINAIS:

CONCLUSÕES INICIAS

> Na elaboração de um trabalho científico ou em qualquer outra situação discursiva, a incompletude emerge, ela é constitutiva do sujeito seja qual for a posição social ou ideológica que ele ocupe num determinado momento; o fato é que uma vez problematizada a questão discursiva e identitária, ela passa a nos acompanhar por onde quer que andemos.
> São tantos os questionamentos que nos instigam e "têm também o efeito de aumentar nossas angústias" à medida que reconhecemos nossa condição de incompletude (PETRI, 2004, p. 12).

Minha caminhada na busca por sentidos possíveis para a Ciência (na) Linguística enquanto produção de conhecimento constituiu-se com base nos preceitos desenvolvidos a partir de Pêcheux e da teoria do discurso por ele pensada e elaborada. Refleti, ancorada nesses estudos, sobre o que realmente se pode/deve considerar para apreender as contribuições da Análise de Discurso para a produção de sentido para a/sobre a ciência e o sujeito da ciência. A Análise de Discurso foi, nessa esteira, não só o meu embasamento teórico-metodológico; mas o discurso de Pêcheux sobre a ciência veio a ser também o meu objeto de análise, já que construí, no presente trabalho, um discurso sobre o discurso – a partir de um discurso específico.

Estou em um processo de procura de uma certa historicidade que permeia a produção de conhecimento, sendo que esse processo constitui-se e constituiu-me enquanto sujeito da/na Ciência (na) Linguística. Não poderia fugir nem dos atravessamentos político, social e histórico aos quais me submeto enquanto sujeito que se importa com as questões da linguagem, nem das inquietações que me interpelam teórica e ideologicamente.

Ao produzir estas reflexões, entendi que sou livre e assujeitada ao mesmo tempo, já que o meu fazer depende(rá) sempre da teoria a qual remeto e da qual faço parte – uma vez que venho buscando o meu lugar enquanto

estudante/pesquisadora da/na Análise de Discurso, da/na Linguística. É o fio do discurso de/sobre Pêcheux que me motiva a buscar conhecer, cada vez mais, sobre essa perspectiva teórica que permite uma leitura crítica sobre todo e qualquer discurso que se construa enquanto acabado/estabilizado/neutro/transparente.

Considerando a página em branco como um desafio a ser transposto, deparei-me com questionamentos que, em um primeiro momento de reflexão, não se colocavam em sua devida proporção. Refletir sobre espaços e/ou lugares, então, faz-se fundamental. Partindo do lugar social do trabalho intelectual, por exemplo, uma das questões que busquei problematizar neste estudo, é possível entender que há aqueles que podem e há aqueles que não podem tomar uma posição frente à teoria, mobilizar sentidos e, então, produzir conhecimento. Há uma linha tensa e tênue que determina quem pode ler, descrever e interpretar um discurso e, dessa forma, assumir uma tomada de posição sempre sujeita às falhas, às faltas e ao equívoco – próprios do discurso.

A ilusão de que qualquer um pode ser sujeito de qualquer discurso desfaz-se quando percebo que há um lugar social no qual o sujeito movimenta-se e movimenta sentidos. A produção de conhecimento, nesse viés, enquanto encaminhada sempre por uma pergunta inicial do sujeito frente à língua, ao discurso e à teoria, pode – ou não – instalar uma crise teórica, na medida em que o estabelecimento da crise constitui um momento particular. A reorganização do discurso e o rompimento com os dizeres já-ditos promove o corte epistemológico e, depois, o reestabelecimento dos sentidos por meio do corte continuado, para dizer como disse Pêcheux.

Busquei delinear, no meu dizer sobre a ciência e sobre o sujeito da ciência na produção de conhecimento, que o discurso se constitui sempre de maneira singular, pois está estritamente relacionado à maneira como o sujeito se relaciona com a realidade que o circunda. Afirmo, com isso, que, para que o sujeito interprete e produza sentidos – representando e representando-se –, ele precisa considerar os dizeres já-ditos, sem deixar de atentar para o que por ele foi experienciado. E isso entra no jogo discursivo, da mesma forma, tanto para o sujeito produtor do discurso, quanto para o sujeito leitor: são as experiências que conduzem o sujeito a enfrentar a realidade de uma maneira particular dentre outras possíveis.

Há grande rigor teórico nos artigos *Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social* (HERBERT, [1966] 2012) e *Observações para uma teoria geral das ideologias* (HERBERT, [1967] 1995). No

primeiro deles, publicado em 1966, entre outros saberes mobilizados, o autor trabalha a ideia de corte como rompimento com os sentidos já estabelecidos, mas esse é um conceito que foi reformulado por Pêcheux em seus trabalhos seguintes. Questão essa que, em sua prática discursiva, também deflagra o fato de que o discurso teórico precisa ser ”ruminado” (FENOGLIO, 2013), bem como que a produção de conhecimento é uma construção sustentada pela prática técnica. No segundo deles, publicado em 1967, mais uma vez, destaco uma ideia de Pêcheux ainda em form(ul)ação: são as ideologias de “tipo A” e de “tipo B” (HERBERT, [1967] 1995), já que o autor – ao longo de seus trabalhos, no desenvolvimento da teoria – funde-as em uma só, na medida em que a própria noção de funcionamento se constitui. Esses são trabalhos – que Michel Pêcheux, ainda em momento de constituição das noções a serem mobilizadas sobre o discurso, publicou sob o pseudônimo de Thomas Herbert – que representam o estabelecimento de um espaço teórico que Pêcheux propõe-se a ocupar: um espaço de questionamento e de deslocamentos dos discursos que se pretendem neutros e transparentes, uma vez que a ideologia passa a ser constitutiva do sujeito e dos sentidos por ele mobilizados.

Trazer os dois textos de Pêcheux ainda não traduzidos foi uma aventura teórica. *Analyse de contenu et théorie du discours* (PÊCHEUX, 1967) é um trabalho no qual o autor apresenta o problema de tomar a língua como uma evidência, desconstruindo tal ponto de vista ao propor que os sentidos sempre podem ser outros e que um discurso não é estanque de/em sentidos. E *Vers une technique d’Analyse du Discours* (PÊCHEUX, 1968) é um estudo no qual o autor problematiza a questão do sentido, condenando a possibilidade de considerar um sistema de equivalência, que ligaria uma palavra a um sentido único. Esses textos – aos quais pretendo me debruçar ainda mais, porque são ideias teóricas que Pêcheux recupera em seus trabalhos posteriores, dos quais destaco o *Análise Automática do Discurso* (AAD-69), justamente por ser um trabalho em que o autor revisita tais reflexões e desenvolve-as –, acredito, constituem momentos teóricos fundamentais. Como busquei demonstrar aqui, a Análise de Discurso é o próprio movimento do pêndulo, uma vez que entendo um batimento constante entre a teoria e a prática discursiva; como não poderia deixar de ocorrer, há um vaivém permanente.

Recuperar os dizeres de Althusser (1967), nesse âmbito, sobretudo quando trata das dificuldades do discurso teórico, faz ver que todo o dizer mobiliza efeito(s)

de sentido, sendo o discurso, bem como o lugar social que o sujeito ocupa que constituem o trabalho intelectual. O autor afirma que a produção de conhecimento parte de elementos abstratos, sendo essa a dificuldade pela qual muitos tomam-na, já que tratar de abstrações exige do sujeito uma reflexão mais elaborada – no sentido mesmo de desconstruir os saberes dados e os dizeres já-ditos. O objeto do conhecimento precisa ser construído discursivamente pelo sujeito, para, assim, produzir conhecimento.

E o espaço em branco, que é relativamente grande em relação ao que até então produziu-se como “resultados” de estudo, juntamente com o espaço de tempo que dispus, mostrou-se insuficiente para dar a desejada profundidade às minhas reflexões. Ainda que a completude seja uma ilusão (necessária), compreendo as faltas (e as falhas que, certamente, existem) e a necessidade de reflexão que demanda cada parte que aqui que me propus a traçar.

Constato, dentre outras questões, que as condições de produção de todo e qualquer discurso – não só o produzido pelo sujeito da ciência – perfazem uma etapa crucial à análise, fazendo parte do método proposto pela teoria do discurso tomar o momento sócio-histórico como aquele capaz de afetar o sujeito e os sentidos por ele produzidos. Questão que me atravessa, uma vez que sou motivada a entender mais sobre a Ciência (na) Linguística pelo lugar que ocupo.

Parti de Henry (2013) para afirmar que o discurso necessariamente precisa remeter aos já-ditos (ainda que para negá-los), pois não há como, a cada tomada de posição na/pela língua, o sujeito ser a origem do seu dizer. O sujeito, a cada tomada de posição frente à língua, histórica e socialmente afetado, retoma e atualiza o seu dizer.

A apreensão das condições de produção do discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística, de acordo com o que foi teoricamente mobilizado até então, direciona-me a compreender a constituição de um lugar discursivo particular – que se funde no interior desse espaço discursivo específico –, ainda que ele não se limite e nem mesmo limite a produção de sentido enquanto tal. O que se dá é uma maneira particular de experienciar a realidade teórica e o discurso, de modo a mobilizar a produção de conhecimento e os já-ditos que, em um primeiro momento, apresentam-se como dizeres estabilizados. O discurso é sempre passível de problematização e de questionamentos, uma vez que as suas condições de

produção e de leitura são sempre particulares, são sempre uma tomada de posição frente à realidade.

Ao tomar uma posição em seu discurso e inseri-lo em uma prática técnica, ou seja, no dizer de Pêcheux, em um discurso sobre as coisas, o sujeito transforma, sob determinadas condições de produção, um material ideológico em um material teórico, sendo então a repetição da teoria um momento necessário para a produção de conhecimento. Nesse sentido, o corte epistemológico, entendido, inicialmente, enquanto uma ruptura fundamental com os conceitos estabelecidos/estáveis/dados, sendo, logo após, retomada a ordem do discurso, de modo que se dá – de fato – um corte continuado. Infiro, então, que a repetição é necessária, mas que o corte epistemológico e o corte continuado são procedimentos que garantem a produção do novo e a manutenção dos conhecimento enquanto produto teórico.

Considerar o discurso do sujeito da Ciência (na) Linguística em sua dimensão histórica remete à necessidade de apreender que são os dizeres já-ditos que permitem a produção de conhecimento, sendo ela definida na sua relação com a temporalidade, bem como com o processo de “ruminação” proposto por Fenoglio (2013) e aqui aproximado às questões de produção de conhecimento. Isso posto, percebo que o sujeito mobiliza saberes do interdiscurso, a partir de conhecimentos que já foram produzidos antes (não só por ele, mas também por outros sujeitos), para que possam figurar no discurso e produzir sentido. É por tudo isso que considerei a (re)produção de conhecimento a partir do (dis)curso de Michel Pêchuex. A produção de conhecimento, nesse âmbito, depende da reprodução de saberes, a fim de constituir sentido(s) sempre em movimento, atravessados pelos dizeres já-ditos que permeiam o interdiscurso. Já o curso de Pêcheux, ao longo da história, faz-se fundamental para entender um pouco mais sobre as condições de produção do discurso sobre a Análise de Discurso.

Quanto a mim, posso afirmar que sei hoje mais do que sabia quando iniciei este estudo, mas com ele percebi que ainda há muito a estudar para compreender como se dá o processo de produção de conhecimento linguístico e na Linguística. O meu lugar na Análise de Discurso e na História das Ideias Linguísticas vem construindo-se e, espero, fortalecendo-se com a possibilidade de desenvolver um trabalho com este que alia ideias a saberes sobre a língua e o discurso.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre o Trabalho Teórico.** Tradução de Joaquim José Moura Ramos. Biblioteca de Ciências Humanas. Lisboa: Presença, 1967.

_____. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

_____. **Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas.** Tradução de Elisa Amado Bacelar. Biblioteca de Ciências Humanas. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1976.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Unicamp, 1992.

_____. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: RG, 2008.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas, Unicamp – IEL, n. 19, jul./dez.,1990. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012/4095>. Acesso em: 15 abr. 2016.

COSTA, Carlos. **Definição de Paleografia**. 2013. Disponível em: <http://cacariver.blogspot.com.br/2013/01/definicao-de-paleografia.html. Acesso em: 12 dez. 2016.

FENOGLIO, Irène. **Manuscritos de linguistas e genética textual**: quais os desafios para as ciências da linguagem? Exemplos através dos "papiers" de Benveniste. Tradução Simone Oliveira, Verli Petri e Zélia Paim. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013. 62 p. Série Cogitare.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O caráter singular da língua na Análise do Discurso. **Organon**, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30023 >. Acesso em: 28 dez. 2016.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica**: um espaço discursivo intervalar. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/ppgletras/defesas/2005/EvandraGrigoletto.pdf >. Acesso em: 28 mar. 2016.

GUIMARÃES, Eduardo. Política científica e produção de conhecimento no Brasil (uma aliança tecnológica?). In:_____. **Produção e circulação do conhecimento**: política, ciência e divulgação. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Linguagem e Conhecimento: Produção e Circulação da Ciência. **RUA** [online], n. 15, V. 2, p. 5-14, 2009. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=75. Acesso em: 24 mar. 2016.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. Tradução José H. Nunes. Campinas: Unicamp, 2014, p. 29-55.

_____. “O discurso não funciona de modo isolado”. Entrevista concedida a José Horta Nunes. **Jornal da Unicamp**, n. 587. Campinas: Unicamp, p. 1, 2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/587/o-discurso-nao-funciona-demodo-isolado>. Acesso em: 03 jul. 2016.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Revista Rua**, n. 1, Campinas: Unicamp, p. 63-89, [1967] 1995.

_____. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados. 3. ed. Campinas: Pontes, [1966] 2012.

LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 497-514, set./dez. 2011.

MACHEREY, Pierre. Língua, discurso, ideologia, sujeito, sentido: de Thomas Herbert a Michel Pêcheux. **Décalages**, v.1, n.4, p. 1-46, 2015. Disponível em: http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/18/. Acesso em: 02 set. 2015.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re)Ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÉRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua**. Campinas: Unicamp, [1978] 2012.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Linguagem, Ciência, Sociedade: o Jornalismo Científico. In_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004, p. 129-147.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. **Terra à vista** - Discurso do confronto: Velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008a.

_____. Silêncios: presença e ausência. **Com Ciência**: Revista eletrônica de Jornalismo cientifico. São Paulo, p. 1-5, 2008.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação de Sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. **Discurso em análise:** sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012b.

_____. LAGAZZI, Suzy (Org.). **Introdução às ciências da linguagem** – Discurso e textualidade. 3. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Analyse de contenu et théorie du discours. **Bulletin d'Études et Recherches Psychologiques,** n. 3, p. 211-227, 1967.

_____. Vers une technique d'Analyse du Discours. **Psychologie Française,** n. 15, p. 113-117, 1968.

_____. Ideologia e história das ciências: Os efeitos do corte galilaico na Física e na Biologia. In: _____.; FICHANT, Michel. **Teoria sobre a História das Ciências.** Lisboa: Estampa, 1971, p. 17-57.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. Tradução Eni Orlandi. **Escritos**, n. 4, p. 4-10, [1983] 1999.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Pucinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2002.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Unicamp, [1975] 2009.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Bethania Mariani et al. 5. ed. Campinas: Unicamp, [1969] 2014, p. 59-158.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 4. ed. Campinas: Unicamp, [1982] 2014.

_____. Papel da memória. In: _____; DAVALLON, J.; DURAND, J. L. **Papel da memória**. 3. ed. Campinas: Pontes, [1983] 2010.

_____.; BALIBAR, Étienne. Definições. In: _____; FICHANT, Michel. **Teoria sobre a História das Ciências.** Lisboa: Estampa, 1971, p. 11-16.

_____.; GADET, Françoise. **A língua inatingível**: o discurso na história da Linguística. Campinas: Pontes, [1981] 2004.

PETRI, Verli. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 322 f.. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5534>. Acesso em: 18 jan. 2016.

_____. Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60. **Expressão**. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes e Letras. Santa Maria. Vol.1, n.2, jul/dez, p. 187-192, 2006.

_____. De “garganta do diabo” para “ponte sobre o vale do menino Deus”: Reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **RUA**: Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP, Campinas, n. 16, vol. 1, p. 66-82, 2010. Disponível em: <http://corpus.ufsm.br/index.php/2015-04-09-12-42-08/pesquisadores/2-uncategorised/679-verli-petri-textos-publicados>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Georges Canguilhem na e pela História das Idéias Linguísticas. In: SCHERER, Amanda; PETRI, Verli. (Org.) **Memorial em terceira pessoa**. No prelo.

_____. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: _____; Dias, Cristiane. **Análise de Discurso em perspectiva:** teoria, método e análise. Santa Maria: UFSM, 2013, p. 39-48.

_____.; CERVO, Larissa Montagner. A presença de Saussure na obra de Michel Pêcheux: reflexões sobre a noção de língua. In: NAGEM, Glaucia; BALDINI, Lauro J. S.; SOUSA, Lucília M. A. e. **A palavra de Saussure**. 2016.

_____.; SILVA, Kelly F. G. Apontamentos sobre produção do conhecimento e prática científica em escritos de Michel Pêcheux. **Língua e instrumentos linguísticos**, n. 37. Campinas, São Paulo: RG Editora, p. 1-19, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **Os Nomes da História**: Ensaio da Poética do Saber. Tradução de Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: EDUC; Pontes, 1994.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye e colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio da edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Tradução Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.

SCHERER, Amanda. As inquietudes discursivas de um orientador. In: _____. (Org.). **Discurso**: circulação, fragmentação e funcionamento. Santa Maria: UFSM; CAL; PPGL; Laboratório Corpus, 2006, p. 9-20.

_____.; PETRI, Verli; MARTINS, Taís da Silva. Na análise de discurso, “a paisagem é realmente acidentada”, ou reflexões acerca de seu processo de disciplinarização no sul do brasil. **Signo y Seña** - Revista del Instituto de Lingüística, v. 24, p. 24-34, 2013.

_____.; DIAS, Cristiane; PETRI, Verli. Dialectiques: uma contribuição para a história da produção do conhecimento sobre a linguagem nos anos 60, 70 e 80. In: BALDINI, Lauro (Org.). **Análise de Discurso e Materialismo Histórico**: língua, sujeito e ideologia. No prelo, 2014.

_____.; SOUZA, Lucilia; MEDEIROS, Vanise; PETRI, Verli. O lugar dos estudos franceses na constituição de uma memória da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 13-28, jan./jun. 2014.

SILVA, Kelly F. G. Imagens de gaúcho: modo de falar, arte de vestir. **Revista Linguasagem** – revista da Universidade Federal de São Carlos. 21. ed. São Paulo: Ufscar, 2013a. Disponível em: <www.letras.ufscar.br/linguasagem>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. Gaúcho: como seus apetrechos são dicionarizados? **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais, ano 09, n. 21. Rio de Janeiro: UFF, 2013b.